



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA  
**Comissão de Direitos Humanos e Minorias**  
**(AUDIÊNCIA PÚBLICA ORDINÁRIA)**

Em 14 de Agosto de 2019  
(Quarta-Feira)

Às 14 horas

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Boa tarde a todos os companheiros e a todas as companheiras. Bem-vindos a Brasília, especialmente os que vieram de Paracatu. Nós vamos dar início à reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

O Deputado Helder Salomão, nosso Presidente, solicitou-me que presidisse esta reunião de hoje, como autor do requerimento. Agradeço de antemão a presença do Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais, e a do Deputado Leonardo Monteiro, nosso companheiro também do PT de Minas. Nós três temos acompanhado muito de perto essa questão da Barragem Kinross em Paracatu. O Deputado Patrus Ananias também está aqui presente, assim como o Deputado Júlio Delgado. O Deputado Júlio é Presidente e o Deputado Patrus é membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que está averiguando as causas e as responsabilidades do rompimento da Barragem em Brumadinho. Nós já estamos em fase de elaboração do relatório lá, por isso, esta reunião não pôde ser realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Por causa do cronograma dela e também por já estar em fase de elaboração de relatório, nós solicitamos que fosse feita pela Comissão de Direitos Humanos, mas, com certeza, o que nós analisarmos aqui caberá também um capítulo especial, uma menção especial à barragem de Paracatu na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao saudar todos e todas aqui presentes, declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias destinada a debater as violações de direitos humanos decorrentes das atividades de mineração da empresa Kinross, na mina Morro de Ouro, no Município de Paracatu, Minas Gerais.

Esta audiência atende a requerimento de autoria dos Deputados Rogério Correia, Leonardo Monteiro e Padre João, aprovado no âmbito desta Comissão.

A mina Morro de Ouro, em Paracatu, noroeste de Minas Gerais, é a maior do País em volume e área de minério de ouro e é explorada pela empresa canadense Kinross. Em 2018, bateu o recorde de produção. Segundo informação da empresa, foram quase 15 mil toneladas.

No Brasil, a empresa é responsável por cerca de 25% da produção de ouro, porém, existem denúncias de violações de direitos humanos em Paracatu por causa das atividades da mineração, entre elas, a expropriação e destruição de territórios quilombolas; a criminalização dos garimpeiros artesanais; o comprometimento das atividades produtivas tradicionais; os impactos das explosões e ruídos sobre as condições das moradias; o uso indiscriminado de água; a destruição das nascentes; a contaminação ambiental; os riscos à saúde da população, a sonegação e a renúncia fiscal.

O debate hoje quer avaliar essa situação e discutir as formas de encaminhar o tema no Congresso Nacional.

Dito isso, convido para compor a Mesa os seguintes convidados: Sr. Wilson Caetano Martins de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu (*palmas*); Sr. Udelton da Paixão Espírito Santo, representante da Cáritas, regional de Minas Gerais (*palmas*); Sra. Ana Carolina Murata Galeb, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB-

MG (palmas); Sr. Mauro Mundim da Costa, representante da Central das Associações de Bairros de Paracatu (*palmas*); Sr. Silvano Avelar, representando a OAB, Subseção Paracatu (*palmas*); Sra. Viviane Aparecida Pereira de Souza, do Movimento Todos em Defesa da Vida (*palmas*); e o Sr. Nilo Virgílio dos Guimarães Alvim, Promotor de Justiça da Comarca de Paracatu. (*Palmas.*)

Estes são então os nossos convidados que, daqui a pouco, terão também o direito à palavra.

Pergunto aos Deputados Padre João, Leonardo Monteiro e Patrus Ananias se querem fazer alguma explanação a respeito dos fatos ou se vamos escutar primeiro os convidados.

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT - MG) - Deputado Rogério, que preside nossa audiência pública, saúdo V.Exa. e também os nossos colegas, o Deputado Padre João e o Deputado Patrus Ananias. Cumprimento toda a Mesa já constituída e devidamente nominada e toda a comunidade, sobretudo de Paracatu, que está presente.

Peço desculpas, porque hoje é quarta-feira e é muito comum termos várias atividades ao mesmo tempo. Eu sou Presidente da Comissão de Legislação Participativa, que terá reunião agora e terei que ir para lá. Eu queria pedir desculpa a todos vocês, mas, sobretudo, Deputado Rogério, atualizar alguns que não tiveram oportunidade de estar sexta-feira lá em Paracatu.

Sexta-feira, a Comissão de Legislação Participativa, atendendo a um requerimento de nossa autoria, do Deputado Rogério e do Deputado Padre João, realizou uma audiência pública lá em Paracatu. Boa parte da Mesa e também boa parte da comunidade que estão estavam lá. Já vi várias pessoas que participaram conosco.

Neste momento, eu queria agradecer a parceria que fizemos com a Câmara Municipal de Paracatu. O Vereador Wilson nos ajudou lá com a infraestrutura para realização da audiência, participou conosco da coordenação também de todo o procedimento. Cada vez mais ficamos conscientes, temos certeza de que o problema é muito mais grave do que pensamos — muito mais grave.

A Barragem Santo Antônio tem 32 anos de operação e 400 milhões de metros cúbicos. Isso é 50 vezes maior do que Mariana, onde houve aquele arraso lá com a Vale do Rio Doce, inclusive com várias mortes. Se considerarmos também que essa barragem tem uma grande concentração de arsênio, que é um produto letal, esse é um risco muito grande que a comunidade de Paracatu está vivendo, a Bacia do Paracatu, a Bacia do São Francisco. Isso foi relatado, está registrado. Nós ouvimos testemunhos da comunidade e de alguns que estão aqui na Mesa.

Eu tenho que sair, mas, a preocupação que nós discutimos lá, tanto eu quanto o Deputado Padre João — não tivemos tempo ainda de conversar —, é que o assunto não pode ficar só naquela audiência que fizemos lá na sexta-feira ou só nesta audiência pública que estamos realizando aqui hoje. É importante construirmos um encaminhamento com a participação da comunidade. Estou vendo aqui o Dr. Nilo, que é Promotor de Justiça.

O Deputado Padre João costuma afirmar isso com muita convicção, e é verdade, que a participação do Ministério Público, Dr. Nilo, é muito importante, porque cabe a nós fazemos as leis, promovermos seminários, audiências públicas, mas o Ministério Público, como autoridade que é, deve ajudar a encaminhar soluções tanto ao Judiciário quanto ao Poder Executivo local, à empresa, enfim, à comunidade. A participação do Ministério Público é de fundamental importância.

Eu espero, pelas preocupações que percebi lá da comunidade na sexta-feira, que nós possamos, a partir daquela audiência e desta, construir um encaminhamento para buscarmos soluções mais concretas para melhorar a sensação de periculosidade que vive a comunidade, melhorar a qualidade de vida da população de Paracatu, conciliando essa questão do empreendedor, do empreendimento, da geração de emprego, pois sabemos que há uma perda muito forte, mas, sobretudo, há a necessidade de segurança para a comunidade.

Quero dizer que vocês podem contar conosco — comigo, enquanto Deputado e também como Presidente da Comissão de Legislação Participativa —, como companheiros que somos aqui: eu, o Deputado Padre João e o Deputado Rogério, para caminharmos junto com a nossa comunidade de Paracatu. Se a nossa reunião lá terminar antes desta aqui, comprometo-me a voltar. De qualquer forma podem contar conosco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Deputado Leonardo Monteiro. Aproveito para justificar, Deputado Leonardo, a minha ausência lá. Também sou mesmo da Comissão de Legislação Participativa. Agradeço ao Deputado Leonardo por contextualizar já alguns andamos que nós já fizemos em relação a esse problema.

Esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 10 minutos. As imagens e sons desta reunião estão sendo captados para transmissão ao vivo pela Internet e também para posterior registro de áudio e transcrição. A audiência pode ser acompanhada ao vivo na página da Comissão de Direitos Humanos e no Facebook, por isso, solicito que falem próximo

ao microfone. Após a intervenção dos integrantes da Mesa, abriremos a palavra aos Deputados presentes. Em seguida, devolveremos a palavra, por 5 minutos, aos expositores da Mesa, para que possam fazer suas considerações finais.

Nós vamos iniciar o procedimento e eu já passo imediatamente a palavra ao Sr. Mauro Mundim da Costa, que representa que Central das Associações de Bairros de Paracatu, que tem também presenciado todo esse esforço, e, além das audiências públicas, também esteve presente no seminário feito pelas entidades dos movimentos sociais de que eu pude participar, representando a Comissão Parlamentar de Inquérito naquela ocasião.

Tem a palavra o Sr. Mauro Mundim da Costa pelo tempo de 10 minutos.

**O SR. MAURO MUNDIM DA COSTA** - Boa tarde, Deputado Federal Rogério Correia, Dr. Nilo, Promotor de Justiça da nossa cidade, demais Deputados Federais aqui presentes, ativistas e também atingidos por atividades de mineração.

Deputado Rogério Correia, para nós é um dia ímpar este 14 de agosto, porque aqui estou como paracatuense e atingido por atividades de mineração em uma audiência tão importante.

Quero aqui cumprimentar os 513 Deputados. Sabemos que daqui saem as leis e esperamos que aqui sejam cumpridas as leis. Então, vou usar os nossos 10 minutos, Deputado Rogério Correia.

Passaram-se 30 anos. É bom que se diga que 30 anos não são 30 dias. Imaginem 30 anos de atividade, retirando ouro 24 horas, porque a empresa trabalha em turnos de 24 horas. Para quê? Para tirar ouro com mais velocidade. Então, para os trabalhadores, é de 24 horas o turno.

Eu gostaria, porque eu sei que o Brasil está nos ouvindo, já deixar de público, em nome dos brasileiros e dos paracatuenses, o nosso descontentamento com o descaso que essa empresa está tendo com o Brasil. Por que eu falo Brasil? Porque o Brasil também está sendo atingido.

Na sexta-feira, como o Deputado Leonardo bem colocou, e também o Deputado Padre João, estiveram presentes representando a Câmara dos Deputados federal na CLP. Naquele mesmo dia, a empresa foi convidada para estar presente. Ali já ocorreu o descaso com a Câmara dos Deputados federal, porque nem sei se chegou uma carta, dizendo por que não estaria ali presente um representante.

Imaginem uma empresa desse tamanho que tira ouro, em uma audiência pública em que o promotor de Justiça saiu da cidade, em que nós saímos da cidade para estarmos aqui, não ter um representante. Então, é para vocês verem o tratamento que essa empresa dá aos paracatuenses.

Quero já entrar na questão, hoje falando pelos atingidos. Os atingidos urbanos, Deputado Rogério Correia, já não aguentam mais: todos os dias, às 3h20min da tarde tem a detonação da bomba das 3h20min, que está cada vez mais potente, porque a rocha está endurecendo. E, com a potência da bomba das 3h20min, pode-se falar que casas não estão mais trincadas; casas vão cair. Ao mesmo tempo, essa empresa coloca em todos os momentos para nós que ela não causa danos, a bomba não causa dano nenhum, que está tudo dentro dos parâmetros das leis brasileiras.

Não é só a questão da bomba das 3h30min. O trabalhador das comunidades vizinhas — estou falando aqui de cinco comunidades mais próximas da mina, não chegam a 500 metros as mais próximas, um quilômetro, no máximo —, na hora em que vai chegar do seu serviço, que nem é emprego dentro da Kinross, ele não pode dormir, os seus filhos não podem dormir, as mães não podem dormir porque o turno é de 24 horas. Então, aqueles maquinários, aquelas máquinas potentes batem biela ali a noite toda, perturbando o sono dos trabalhadores.

E se não ficar só na questão dos ruídos à noite, tem a poeira. Há poeira não só durante o dia, porque esses maquinários, à noite, removem aquela terra toda. A população está quase que respirando poeira por 24 horas. E essa poeira, como todos sabem, é removida com o produto arsênio, que está naquela matéria, porque no ouro acompanha junto a questão do arsênio.

Então, vários estudos já foram feitos e já foram comprovados tanto pelo Município quanto pelo Ministério Público, que, se não me falha a memória, também já solicitou um estudo. E está comprovado nos estudos a alta taxa de contaminação com arsênio no sangue daquela população.

Então, gente, estar aqui hoje, com as dificuldades que nós temos, sem um representante dessa empresa, para olhar no olho de cada um e para ela nos falar que ela não causa danos? Nós estamos hoje com o nosso ativismo na cidade para que a empresa possa reconhecer que ela causa danos. Nós reconhecemos que ela tem o direito de minerar e de fazer suas atividades, mas, se ela não reconhecer que causa danos com a atividade minerária, realmente a relação com a comunidade, há 30 anos, já chegou no grau máximo de paciência com essa empresa.

Volto à questão do risco de barragem. Depois de noticiado pela imprensa que realmente foi cometido um crime em Brumadinho e em Mariana, as comunidades abaixo da barragem... Essas estão mais perto ainda, porque há comunidade que não está a menos de 500 metros da barragem. Ela olha assim e, quando olha, já está enxergando a barragem. Então,

depois desses crimes, ninguém consegue convencer o morador da Lagoa, de São Domingos, de Santa Rita, do Machadinho, daquelas regiões todas, que ele não corre risco. Só se for uma conscientização de Deus mesmo para o cidadão ali acreditar. Por quê? Porque, a cada momento que eles precisam dormir; as mães, os filhos precisam de acordar para irem à escola; os pais têm de trabalhar, a cada momento se imagina que está rompendo, igual àquela barragem de Brumadinho.

Então, mesmo que cientificamente não esteja provado, o risco na cabeça do cidadão já existe. E nós não conseguimos tirar isso. E a empresa, nesse mesmo momento, está colocando para as comunidades que não existe risco nenhum. Inclusive, depois de 30 anos é a que a empresa foi aparecer, com simulados, com placas, viu, Dr. Nilo? Aquelas regiões lá estão todas sinalizadas agora. Estão todas sinalizadas com placas. O que mais tem é placa. Simulados, quase que estão fazendo toda semana, mas é o seguinte: a população não acredita que eles estão fazendo simulado lá. Para mim, eles estão fazendo simulado com animais ou com mosquitos. Naquelas comunidades, num possível acidente, nem os mosquitos se salvam. Imaginem um ser humano! Num simulado, quem é que vai ligar uma sirene? Quem vai dirigir um ônibus para sair com os moradores num possível acidente?

Então, o que nós esperamos, Deputado Rogério Correia? Esperamos, realmente, que o que chegou, de nós estarmos aqui em Brasília... E várias audiências já aconteceram com o Ministério Público, com o Dr. Paulo Campos, com Vereadores. Nós já participamos de centenas de audiências, só que há sempre a mesma questão: a empresa chega com o seu aparato de leis — eles dizem que estão dentro das leis —, e, no final da audiência, saímos como se nós, os cidadãos atingidos, estivéssemos errados. A empresa está toda dentro dos conformes.

Já caminhando para finalizar a minha primeira participação, eu coloco aqui, na presença dos Deputados, a seguinte questão: E se nós estivéssemos anunciando aqui hoje que a Kinross está fechada? Olha o abismo que ia ficar, Deputado Rogério Correia, naquela cidade. Ia virar uma Serra Pelada nem sei como nem o porquê. Quem iria se responsabilizar por aquele buraco que vai ficar lá?

No meu conhecimento, a empresa não criou um fundo para a cidade no caso de ela fechar. Há um fundo, mas não sei onde ele está, um aporte para ficar para a sociedade civil e o poder público cuidarem daquilo ali. Com o buraco social, o buraco ambiental e o buraco financeiro, para as futuras gerações, ali vai virar, no meu pensamento, uma cidade deserta.

Eu sou pai e avô, mas, sinceramente, Deputado Rogério Correia, ao ponto que Paracatu está chegando, realmente, para as futuras gerações, ali não será possível morar. Vai ficar um abismo.

Eu agradeço aqui pela minha primeira participação. Em nome dos atingidos, quero deixar realmente o meu protesto da não participação da empresa nesta audiência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Mauro Mundim, pela sua exposição.

Em relação à empresa, ela foi convidada para vir a esta audiência. Eu vou ler aqui o ofício com a resposta que a Kinross enviou para a Câmara Federal.

*Exmo. Presidente, agradecemos o convite para participar de audiência pública a realizar-se no dia 14 de agosto de 2019, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em atendimento ao requerimento de autoria dos Deputados Rogério Correia e Leonardo Monteiro.*

*Em deferência a V.Exa., autoridade institucional representada pela Presidência dessa Comissão, a Kinross informa que, apesar do reconhecimento da importância de participação nesse fórum, infelizmente não poderá comparecer à audiência. Nossos representantes para tratar dos temas citados no convite estão envolvidos em compromissos oficiais ao longo de toda a semana corrente.*

*Gostaríamos, no entanto, de convidá-lo a visitar nossas operações. Será um prazer ter a oportunidade de apresentar-lhe as nossas instalações. Estejam à vontade para procurar a nossa equipe para ajuste da melhor data por meio do e-mail tal. Ademais, colocamo-nos à disposição, de forma colaborativa, para esclarecer, por meio de ofício, as principais dúvidas levantadas no decorrer da audiência do dia 14 sobre as questões apontadas no teor do convite.*

*Dessa forma, agradecemos a gentileza do convite e aproveitamos o ensejo para renovar os votos da mais elevada estima e consideração.*

*Atenciosamente, Kinross Brasil Mineração.*

Essa é a nota que a empresa nos mandou.

Sinceramente, a empresa não teria ninguém para comparecer à Câmara? A equipe não deve ser pequena. Pelo contrário, deve ser numerosa, porque a empresa é rica. Como é que a Kinross, que durante 24 horas por dia, anos e anos a fio, faz

exploração de ouro, sabendo que existe uma polêmica imensa e que Câmara Federal dá a ela a oportunidade de vir aqui esclarecer o que está fazendo, prefere nos convidar para ir lá? Nós vamos avaliar isso, mas o que nós queremos mesmo são respostas concretas da Kinross. É isso o que nós pretendemos ter aqui.

Eu já peço que sejam enviadas essas notas taquigráficas e deixo também o meu estranhamento, porque é uma empresa estrangeira que faz a exploração de algo precioso para o nosso País, com pouco retorno, porque quase tudo é para exportação. E, quando chamada a vir à Câmara Federal, simplesmente se nega a vir, com a desculpa de que não havia ninguém que pudesse nos passar um relato do que está acontecendo.

Sinceramente, com tantos diretores e tanta gente, não é possível que não tivesse alguém que pudesse ser enviado para cá — e deveria ser o próprio presidente da empresa — para esclarecer o que está acontecendo, principalmente depois do que nós vimos em Brumadinho e Mariana. A partir do recesso da população, temos amostras de que essas empresas não prezam muito pelo país onde elas fazem determinadas explorações, onde elas obtiveram, infelizmente, esse direito de explorar, porque elas não dão satisfação ao povo brasileiro.

Eu passo a palavra, então, ao Udelton da Paixão Espírito Santo, que representa aqui a Cáritas Regional Minas Gerais, para que possa fazer sua exposição.

**O SR. UDELTON DA PAIXÃO ESPÍRITO SANTO** - Boa tarde a todos os presentes, boa tarde, Deputado Rogério Correia, em nome de quem eu gostaria de cumprimentar os demais integrantes desta Mesa.

De início, gostaria de dizer para vocês o seguinte. O final da minha fala coincidirá com o horário em que normalmente ocorrem as explosões da mineradora em Paracatu. Pode ser sentido em cada canto da cidade o tremor da terra. Isso nos faz a cada dia lembrar que a mineradora está presente e do que o risco que ela representa para nossa cidade.

Eu gostaria de fazer, de início, o retrospecto dessa articulação e da participação da Cáritas, que é uma entidade da Igreja Católica vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nessa questão da mineração.

Em 2017 nós realizamos em Montes Claros, pela Província Eclesiástica de Montes Claros, o primeiro encontro sobre igreja e mineração. Esse encontro reuniu todas as cidades que possuem alguma forma de mineração para que fossem discutidos os impactos dessa atividade econômica nas comunidades locais. E, quando falamos de comunidade local, nós estamos falando daquelas comunidades que mais sofrem com esse movimento, com essa ação econômica dentro da cidade. Depois de 2017, nós tivemos um encontro estadual em Paracatu sobre igreja e mineração, que contou com a participação de representantes de Brumadinho, de Mariana e de todas as cidades do Estado de Minas Gerais que têm atividade minerária também. Foi um momento também de aprofundar nossas ações, de discutir, de refletir sobre o que pode ser feito dentro dessas comunidades.

Eu gostaria de ressaltar que, quando nós comentamos que estaríamos aqui hoje nesta audiência pública, muita gente disse que isso aqui seria mais um teatro, que não iria resolver muita coisa. Mas, na verdade, o papel importantíssimo disso aqui é manter a comunidade atenta para aquelas questões que são fundamentais para o futuro dela, quais sejam: a questão do futuro econômico, da possibilidade de que essa exploração mineral possa dar retorno positivo ou a tragédia que isso possa representar no futuro. A omissão de cada cidadão de nossa cidade ou o silêncio de cada pessoa que mora naquele Município é o que pode definir o nosso futuro.

Estamos aqui hoje para marcar presença, para alertar esta Casa Legislativa e para dizer para cada um dos Deputados aqui presente hoje que precisamos dos senhores em Paracatu do nosso lado; que precisamos dos senhores aqui, para rever todas as condições facilitadoras que as mineradoras possuem dentro do nosso País, quando sabemos que fora daqui, como no Canadá e nos Estados Unidos, as regras são muito mais rígidas.

Então, nós somos um paraíso para as mineradoras. Não podemos deixar que essa situação se perpetue no espaço. Estamos aqui hoje, como representante da comunidade de Paracatu, para dizer que nós não estamos satisfeitos com esse quadro, que queremos estar atentos a tudo que acontece em nosso Município e que queremos contribuir para que as ações que forem aprovadas em termos de legislação realmente sejam colocadas em prática.

Ao final de minha fala, vou sugerir algumas questões que esta Comissão pode requerer da empresa mineradora, haja vista que as mineradoras fizeram ouvidos de mercador, tapando os ouvidos para as solicitações que foram feitas diretamente a elas.

A legislação hoje é muito fácil para a mineradora, porque ela própria fiscaliza as suas ações. Então, isso é muito tranquilo para ela. Se a comunidade não reivindica, não cobra, não exige que a mineradora apresente esses relatórios, ela vai dormir em berço esplêndido constantemente. Então, é importante que a comunidade esteja atenta a isso.

Nós não queremos simplesmente visitar a mineradora. No dia em que eu convidar qualquer um de vocês para ir a minha casa, com certeza, eu vou organizar a minha casa, vou fazer uma faxina especial para vocês acharem minha casa bem

bonita. Então, o que a mineradora faz com todo o mundo que faz uma crítica direto a ela é isso: ela convida para conhecer a mineradora, para que ela apresente o que interessa a ela e o que é possível ser mostrado. Logicamente, as coisas feias vão estar debaixo do tapete.

Nós tivemos, depois, um seminário em Paracatu também, realizado na Câmara de Vereadores, sobre o impacto da mineração nas comunidades quilombolas. Neste momento, contamos com a parceria da Justiça Global, que é uma ONG de âmbito internacional, e com a Above Ground, que é uma ONG do Canadá. Foi feito inclusive o lançamento de um estudo denominado Impacto da Mineração nas Comunidades Quilombolas. É um estudo muito bem detalhado, muito bem produzido, que relata um pouco o impacto da mineração na cidade de Paracatu. Por último, tivemos também uma audiência na semana passada, que contou com a participação dos Deputados Padre João, Rogério Correia e Leonardo Monteiro, que também foi muito importante para as nossas ações no Município.

Com certeza, qualquer movimento autônomo que a comunidade e que a sociedade civil organizada fazem incomoda a mineradora, inclusive talvez incomode mais do que a legislação em vigor na cidade, porque eles querem vender a imagem de bons mocinhos, de empresa séria.

Partindo para a questão prática, nós gostaríamos que esta Comissão requisitasse o relatório de auditoria de segurança da barragem de Paracatu; o relatório de revisão periódica de segurança da barragem; a declaração de condição de estabilidade; e o plano de segurança de barragem dos anos de 2017, 2018 e 2019. Tudo isso já está previsto legalmente, conforme consta na Portaria nº 70.389, de 17 de maio de 2017. Porém, a mineradora se recusa a nos fornecer esse material. Inclusive, esses relatórios foram assinados por técnicos que também assinaram os mesmos relatórios das barragens de Brumadinho e Mariana, o que é mais preocupante. São fatos, são relatórios fundamentais para a comunidade de Paracatu, a fim de que tenha conhecimento disso.

Queremos que esta Casa seja parceira da cidade, da comunidade de Paracatu, que deseja bem-estar e qualidade de vida para as nossas futuras gerações.

Essa convivência com a mineradora depende de uma atuação firme do Ministério Público, na exigência dessas ações, da Câmara de Vereadores, que infelizmente não se fez presente, como também da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. Boa tarde a todos! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Udelton.

Por favor, passe-me por escrito esse material, que nós vamos fazer um requerimento solicitando essas demandas que você colocou, bem como remeter para a empresa as notas taquigráficas da reunião, para que ela possa responder o conjunto das indagações que aqui forem feitas.

Vamos também encaminhar as notas taquigráficas e os mesmos questionamentos aqui feitos para a Agência Nacional de Mineração, que respondeu ao nosso convite — ela estava convidada, mas não pôde comparecer —, justificando sua ausência devido à alteração da data para o dia de hoje. Portanto, vamos também remeter à agência todos esses questionamentos. Ela poderia pelo menos ter mandado um representante, tendo em vista que é a responsável por tudo isso.

Deputado Patrus, acontece uma tragédia criminoso, depois outra, e eles vão esquecendo todas elas e vão se comportando em relação ao povo e às autoridades da mesma forma como se comportavam anteriormente. As reclamações de descaso em relação à Vale lá em Brumadinho são enormes, mas ela é muito rápida ao fazer propagandas na televisão. Parece que a Vale está fazendo um favor ao povo de Brumadinho, quando vemos aquelas propagandas. E ela está ganhando muito dinheiro. O Deputado Patrus sempre lê no Valor Econômico os recursos que entram para a Vale, que não acabam nunca. Isso eles não esquecem, mas se esquecem das tragédias e dos crimes, respondendo à população com a mesma displicência de antes. E a Agência Nacional de Mineração é o órgão que tem que nos dar essa resposta. Mas, também, com um Presidente da República que quer entregar a mineração na Amazônia para países de primeiro mundo... Então, fica aqui dito aos que estão mais abaixo da barragem o que o Presidente da República pensa do povo brasileiro. Mas nós vamos resistir.

A próxima inscrita é a Viviane Aparecida Pereira de Souza, do Movimento Todos em Defesa da Vida.

**A SRA. VIVIANE APARECIDA PEREIRA DE SOUZA** - Boa tarde ao Deputado Rogério Correia. Boa tarde ao Promotor Nilo. E, em nome do Deputado Rogério Correia, boa tarde a todos os presentes.

Após o acidente com o rompimento da barragem de Mariana — eles falam em acidente, mas nós consideramos isso um crime —, a primeira barragem a se romper, nós que moramos abaixo de barragens ficamos preocupados, mas não com tanto medo. Porém, a segunda barragem se rompeu, e acabaram com a nossa mente. Ficamos a nos perguntar qual será a próxima barragem a se romper. A pergunta do povo da minha comunidade e das comunidades vizinhas que moram abaixo da barragem é esta: "*Qual será a próxima barragem a se romper?*" Essa resposta eles não têm para nos dar, sempre nos enrolam.

Eu, Viviane, represento a comunidade Lagoa de Santo Antônio, no Município de Paracatu, e as demais comunidades vizinhas. Moramos a menos de mil metros da barragem, é muito perto. Nós moradores não temos mais tranquilidade de viver, pois há uma pergunta que não cala: *"Qual será a próxima barragem a se romper?"* Sempre nos perguntamos isso, até mesmo as crianças. Meu filho pergunta: *"Mamãe, qual será a próxima barragem a se romper? Será que é a nossa?"* Eu falo: *"Misericórdia, meu filho, nós não temos barragem! Essa barragem não vai se romper"*. Então, as crianças perguntam: *"Será que é a nossa?"* Elas acham que, como moramos abaixo da barragem, a próxima barragem a se romper é a nossa.

Hoje, já não apreciamos nem mesmo a chuva. Quando chove, o medo aumenta, porque sabemos que, se chove, o risco é ainda maior de a barragem vir a se romper. Já não temos mais lazer, porque, depois de 30 anos, eles colocaram essa sirene nas nossas comunidades. Essas sirenes nos colocaram mais medo. Hoje não ouvimos som num volume mais alto, porque temos que estar atentos ao barulho da sirene. Se formos fazer algum lazer, nós temos que diminuir a conversa, porque não podemos dormir no ponto, temos que ficar atentos ao toque da sirene. Após 30 anos, eles foram colocar essa sirene na nossa comunidade. E não colocaram porque pensaram na comunidade, não. Se tivessem pensado na comunidade, eles teriam instalado essa sirene há muito mais tempo. Isso não aconteceu.

Após o rompimento dessas duas barragens, a comunidade, em pânico, começou a cobrar deles essa sirene. E eles colocaram a sirene lá agora, em 2019. Não foi só a sirene. Colocaram a sirene e placas de vários pontos de encontro. Estão achando que isso vai nos proteger, mas nós, moradores, sabemos que, infelizmente, se algo pior vier a acontecer, nem sirene e nem ponto de encontro vão salvar as nossas vidas.

Começaram também a fazer vários simulados. Nesta semana, as nossas comunidades estão cheias de simulados. Aí eu me pergunto... Perguntamos também a eles, mas nós não temos resposta, nunca temos, como não tivemos a resposta deles aqui hoje. Perguntamos a eles: Por que os simulados? Se estão fazendo tantos simulados, é porque eles também acreditam que a barragem oferece insegurança à comunidade. Mas eles falam que não. Se não, por que estão tão preocupados com simulados agora? Será que é para mostrar para as autoridades que não estão se esquecendo da comunidade? Mas então por que se esqueceram 30 anos atrás? Os simulados vieram a acontecer só agora em 2019.

Sabemos que isso não vai salvar as nossas vidas. Idosos e crianças não dormem mais com tranquilidade. Pelo estudo do cientista de barragem, o Steven, atestou-se que a barragem não oferece segurança à nossa comunidade e que teríamos que sair de imediato. Mas nada foi feito até agora. Temos esse estudo comprovado pelo Dr. Steven, que esteve em Paracatu juntamente com a Cáritas. Ele deixou comprovado que a barragem não oferece segurança à comunidade.

Perguntamos a ele se nós poderíamos continuar morando na nossa comunidade. Ele disse que não, que a barragem não oferece mais segurança à comunidade. Mas até agora nada foi feito. Meu filho já não dorme mais no quarto dele sozinho, pois tem medo dessa barragem. Ele acha que, dormindo com o irmão, vai se salvar. Isso é coisa de cabeça de criança.

Saio para trabalhar e não tenho mais coragem de deixar meus filhos em casa. Eu os levo para a casa da minha mãe, que mora em Paracatu, e os pego na volta do trabalho. E não é por querer salvá-los. Às vezes, eles pedem: *"Mamãe, a senhora nos leva embora. A senhora nos leva para a casa da vovó, mas volta com a gente para cá de novo. E se a barragem vier a se romper?"* Eu não tenho resposta para dar a eles, mas acredito que, levando-os até voltar do trabalho, garanto a segurança dos meus filhos até esse momento. Na volta para casa, eu já não garanto. Só Deus para nos salvar!

Então, diante de tudo isso, eu peço um olhar voltado encarecidamente para as comunidades que moram abaixo de barragens. Vivemos esquecidos por muitos anos, mas, após as barragens de Mariana e Brumadinho se romperem, as comunidades acordaram. Até então, nós achávamos que nada disso poderia acontecer conosco, mas vimos que, da mesma forma que essas barragens vieram a se romper, as barragens de Santo Antônio e Eustáquio também podem se romper. Nada é impossível.

Por que querer nos indenizar na morte? Queremos ser indenizados em vida. Se lá nos oferece risco, que nos tirem de lá. Peço encarecidamente a todos vocês que tomem providências para proteger as pessoas que moram abaixo de barragem. Não deixem o pior acontecer, para depois virem querer indenizar meia dúzia de sobreviventes ou as famílias que ficaram em outras cidades. Nós moradores queremos ser indenizados em vida, e não em morte. Quero deixar claro aqui também que a ausência do pessoal da Kinross não ocorre só aqui. Quando pedimos também reunião, nem todas as vezes eles nos atendem. Não vão às nossas reuniões. Também nos chamam para ir lá, querem nos levar à Kinross para mostrar a segurança da barragem. Como o meu amigo ali falou, eles vão varrer a sujeira para debaixo do tapete e nos mostrar só aquilo que é limpo, para nos manter tranquilos, nos colocar em paz. Mas sabemos que não é assim que isso acontece.

O rompimento da barragem em Mariana deixou pânico e medo nas comunidades, principalmente nas crianças. Temos escola lá na comunidade, e criança não quer mais ir à escola. A barragem de Brumadinho veio a se romper por volta de meio-dia, se não me engano, à 1 hora da tarde. Há menino que estuda à tarde que acha que a barragem vai se romper à tarde. Muitas crianças estão com o psicológico abalado; não só crianças, mas idosos também. Vivemos com medo,

aterrorizados. Temos medo até da chuva. A coisa que mais pedíamos a Deus era que nos mandasse chuva, para termos as nossas colheitas. Hoje, não queremos chuva, porque sabemos que, se chover, a possibilidade de a barragem vir a se romper é maior do que se estivermos sem chuva.

Essa é uma preocupação que eu tenho como mãe. Representando muitas outras mães que não puderam estar aqui, peço a todos vocês esse olhar voltado para todos aqueles que moram nas comunidades abaixo de barragem. Peço também que nos deem respostas, que não nos deixem esquecidos. Somos lembrados só quando barragem se rompe. Éramos esquecidos. Quando a barragem rompeu-se, lembraram um pouco de nós. Tornaram a esquecer as comunidades. Depois lembraram novamente, devido ao rompimento da barragem de Brumadinho.

Então, aqui peço a todos: não esqueçam as comunidades que moram abaixo de barragem, pois corremos grande risco. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Viviane.

Passo a palavra agora para o Silvano Avelar, que representa aqui a OAB Subseção Paracatu.

**O SR. SILVANO AVELAR** - Prezado Deputado Rogério Correia, cumprimentando V.Exa., eu gostaria de cumprimentar os Deputados aqui presentes. Cumprimento também o ilustríssimo Promotor de Justiça da Comarca de Paracatu, Dr. Nilo; o nosso companheiro da Cáritas Diocesana de Paracatu, Udelton; o pessoal do MAB; os ativistas, que estão aqui bem representados pelo Mauro e pela Viviane; demais companheiros advogados. Eu gostaria de cumprimentar também o advogado Dr. Éder, que representa a Advocacia Garcez, que está também nesta luta, participando conosco, um escritório de advocacia que funciona em todo o Brasil e já está inclusive com parceria no Canadá e vários outros locais no mundo e que está atento a esse tipo de problema, já que eles atuam também no caso de Brumadinho. Cumprimento ainda os demais companheiros e companheiras paracatuenses atingidos pela barragem da Kinross, em Paracatu, aqui presentes.

Quando digo companheiros atingidos é porque moro também num bairro, no Bela Vista I, e a minha casa fica, eu diria, a poucos metros da mineração da Kinross. Neste momento, como o Udelton disse aqui, com certeza a minha casa está estremeando com o bombardeio que acontece lá em Paracatu, as bombas das 3 horas e meia, todos os dias, um verdadeiro terremoto que sacode as casas, racha as paredes das casas, trazem mais medo para as pessoas. Quando uma bomba dessas estoura, pela proximidade dessas barragens, é como se estivessem acendendo o pavio dessa grande bomba que para nós está prestes a explodir as barragens lá em Paracatu. Essa é a grande realidade.

Diziam que em Brumadinho isso nunca aconteceria, que em outros lugares isso nunca aconteceria depois de Mariana. Em torno de 300 vidas foram ceifadas e de muitas dessas sequer os corpos foram encontrados para ser enterrados. Tomara que isso não aconteça em Paracatu! Acho que é por isso que estamos aqui. Aí se redobra a nossa responsabilidade.

Falo aqui em nome da OAB de Paracatu — a OAB, em âmbito nacional, todos sabem, é uma instituição que tem lutado em prol da cidadania; os advogados vivem no dia a dia com a preocupação de fazer justiça —, mas falo aqui também em nome desses atingidos, e hoje já sou advogado de vários deles, e desse movimento em defesa da vida.

Eu queria passar agora alguns eslaides, se possível, porque muita gente não acredita que temos essa bomba relógio lá em Paracatu, essa bomba prestes a explodir.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Estamos vendo aqui o trabalho que o Prof. Steven H. Emerman, que é PhD e, parece-me, biofísico, fez sobre o risco de rompimento das barragens de rejeitos em Paracatu. Aqui estamos vendo — Viviane, parece que a sua casa está bem próxima dali — a entrada da Lagoa de Santo Antônio; lá no fundo fica a barragem. Aquilo ali não é uma serra, não é um morro. Aquilo é uma barragem, a Barragem Eustáquio... É a Santo Antônio, não é isso? É a Barragem Santo Antônio. A Barragem Eustáquio está mais ao lado.

Vejam a distância, vejam a proximidade dessa barragem! Se ela romper, o que pode acontecer? Visualmente, pode-se perceber o que pode acontecer com esse povoado da Lagoa de Santo Antônio e, antes desse povoado, com o povoado de Santa Rita.

Juntando Santa Rita e Lagoa de Santo Antônio, temos quantos moradores, Viviane? Devemos ter em torno de 600 moradores, ou mais. Várias famílias moram nesse local.

Por que existe risco de rompimento dessas barragens? Apresento as causas de rompimento de barragens de rejeitos no mundo inteiro. Por que isso acontece? O professor nos diz que a primeira causa é inundação, inundação e brecha de barragem de terra. Ali eu mostro que isso aconteceu na Alemanha em 2002. A água que flui sobre a barragem faz com que ela se desgaste. Esse fluir da água sobre a barragem faz com que ela se desgaste e, em determinado momento, pode acontecer o rompimento da barragem.

Aqui está como os rejeitos são armazenados atrás das barragens de rejeitos. A praia mantém a água longe da crista da barragem. O que significa isso? Estamos vendo a praia ali, a lagoa de decantação ao lado, a crista da barragem, a tubulação e a abertura para descarga de rejeitos. A praia é aquele local onde se vê uma quantidade muito grande de água. Então, a praia mantém a água longe da crista da barragem. A praia é a parte arenosa depois da água. Quando a praia é muito grande, ela mantém a água distante da crista da barragem, e pode dificultar — digamos assim — o rompimento da barragem. Aí está o exemplo da mina de cobre de Columbia, no Canadá.

Outra causa de rompimento de barragens de rejeitos, que é a segunda causa mais comum, é a erosão interna, que vai acontecendo por dentro da barragem. A infiltração através da barragem leva as partículas sólidas fora da barragem. Isso mostra o que aconteceu por erosão interna da barragem na Austrália. A erosão interna causou rompimento da barragem de rejeitos numa mina em Israel também.

Prosseguindo, mostram-se as causas de erosão interna: água em excesso atrás da barragem e aterros excessivamente acentuados.

A próxima imagem mostra a famosa Barragem Eustáquio, lá em Paracatu. Vamos perceber que nessa barragem quase não há praia para manter a água longe da barragem. Lembra o que o professor disse antes? É preciso que haja uma praia para manter a água longe da barragem, fazendo com que haja mais segurança. Mas na Barragem Eustáquio, em Paracatu, a água está praticamente encostada na barragem. Vocês estão vendo? Essa é a Barragem Eustáquio. A água está praticamente encostada na barragem. Não existe praia, portanto. Entenderam? Não existe essa segurança que deveria haver. É mais um indicativo de que a Barragem Eustáquio tem um risco tremendo de se romper.

Prosseguindo, essa é a Barragem Santo Antônio, que nós vimos lá, bem próxima à Lagoa de Santo Antônio. O que o professor nos demonstra também aqui? Os muitos canais de erosão mostram que a água às vezes flui sobre a crista da barragem. A Barragem Santo Antônio é uma barragem desativada. Eles dizem que a barragem está desativada, mas ela está lotada de rejeitos e de água. E o volume de água que desce do morro, a água que flui para essa barragem, é muito grande. Indiferentemente de haver rejeito, muita água chega a essa barragem até hoje. Mas dizem que essa barragem está desativada. A Barragem do Córrego do Feijão, de Brumadinho, também estava desativada. Vamos nos lembrar disso. Essa também estava desativada.

Essa erosão que está acontecendo ali significa que a água às vezes flui por cima da barragem, e esse é um dos motivos também de erosão e de rompimento.

Aqui ele demonstra questões mais técnicas, que eu vou deixar com os Srs. Deputados e com os técnicos da Câmara, que depois poderão dar uma olhada nisso. Existe a questão do ângulo reto entre a camada e o poste projetado, etc. Isso demonstra que as barragens de Paracatu não atendem a essa angulação, ao ângulo, que deveria acontecer. Por isso pode acontecer um rompimento, porque é feito um alteamento a montante, e vai sendo feito um alteamento em cima do outro, sem obedecer a esse ângulo. Pode acontecer um rompimento por causa disso.

Aqui está a Barragem Santo Antônio, mais uma vez mostrando a situação de que falei.

Conclusões do Prof. Steven: as barragens de rejeitos em Paracatu são vulneráveis a rompimento. Pode ocorrer rompimento por inundação e erosão interna. Existem dois motivos para acontecer rompimento de barragem em Paracatu: inundação ou erosão interna.

Eu fiz questão de trazer isso para os senhores. Algumas pessoas até já conhecem isso. Aqui estão outros exemplos de rompimentos que aconteceram assim. Mas só para que os senhores saibam, esse documento, que nós vamos deixar com o senhor, Rogério, e com os demais Deputados, contrapõe... Esse laudo é independente. Não foi a Kinross que mandou fazê-lo. Não foi nenhum órgão oficial que mandou fazê-lo, não foi o DNPM nem nada. Portanto, este é um laudo independente feito por uma pessoa independente.

Rogério, eu queria deixar para o senhor também algumas informações. A produção de ouro em Paracatu está chegando a cerca de 100 quilos de ouro por dia. O preço do ouro no Brasil está em torno de 155 mil reais. A velocidade da água, quando houve o rompimento lá em Brumadinho, foi de cerca de 155 quilômetros por hora. Uma sirene vai soar lá em Paracatu para que o povo de Santa Rita e da Lagoa saia. Imaginem se essas pessoas vão ter a mínima condição, se estiverem deitadas, pelo menos de se levantarem. Imaginem se vão ter a mínima condição de correr. E quantas centenas, talvez milhares, de pessoas podem perder a vida por causa disso.

Eu completo minha fala, Rogério, fazendo alguns requerimentos. Eu gostaria de requerer desta Comissão que trabalhasse para que fossem emitidos laudos por instituições de credibilidade independentes. Além deste laudo, gostaria que fossem emitidos laudos atuais sobre a situação da barragem e da mineração em Paracatu.

Se possível, por tudo que está acontecendo, peço o descomissionamento dessas barragens. Peço também a indenização das pessoas que estão sendo prejudicadas, os moradores que estão próximos à barragem.

Que esta Comissão possa trabalhar no sentido de nomear uma equipe, uma comitiva, inclusive com disponibilidade para ir ao Canadá. Já existem no Canadá escritórios de advocacia e pessoas que estão a postos, determinadas, para fazer denúncias sobre as empresas lá no Canadá, inclusive na Justiça. A Justiça canadense já confirmou que é possível ela julgar situações relacionadas à Kinross ou outras multinacionais que operam aqui no Brasil, principalmente na mineração.

São esses os pedidos que gostaria de deixar aqui. Peço desculpas porque eu me emocionei um pouco quando lembrei das mortes que aconteceram em Brumadinho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Silvano.

Vamos deixar registradas também algumas outras medidas. Já tínhamos visto um requerimento solicitando da empresa alguns relatórios, que já deveriam estar acessíveis e que não são de conhecimento público. Então, vamos solicitar esses laudos que a empresa já tem, essa documentação. Também vamos enviar as notas taquigráficas para a empresa.

Com base no que o Silvano colocou, eu tinha uma pergunta: o Prof. Steven é que esteve em Paracatu, na Câmara Municipal, quando fizemos o seminário? (*Pausa.*) Ele já tinha levantado essa hipótese e estava fazendo um estudo detalhado.

Eu gostaria de ficar com esse estudo alternativo do Prof. Steven, para que façamos a remessa dele com urgência à Agência Nacional de Mineração — ANM, para que ela o tenha imediatamente e tome precauções em relação a ele.

Também vou solicitar à Comissão — eu pediria à equipe técnica da Comissão que depois nos lembre disso — uma audiência com a Embaixada canadense, para que vocês possam levar, junto conosco também, essa documentação à Embaixada, até para que a empresa saiba, também pela via da Embaixada canadense, os riscos que estão sendo apontados. Acho que isso também pode nos ajudar, e eles próprios podem fiscalizar uma empresa canadense que está atuando no Brasil.

Esta é uma dentre outras providências que nós vamos tomar até o final. Mas eu pediria à nossa assessoria que já anotasse esse procedimento, para que não nos esqueçamos de anotá-las ao final. Passo a palavra agora para Ana Carolina Murata Galeb, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.

**A SRA. ANA CAROLINA MURATA GALEB** - Boa tarde a todas e a todos.

Em nome do Movimento dos Atingidos por Barragens, eu gostaria de agradecer ao Deputado Rogério Correia por esta audiência pública e pelo convite feito ao MAB.

O MAB tem acompanhado alguns dos atingidos e atingidas de Paracatu nas denúncias que as comunidades atingidas vêm fazendo quanto à violação de direitos humanos que a empresa Kinross vem cometendo naquela cidade. Vou tentar falar de alguns dos pontos principais referentes a essas violações.

O primeiro ponto é justamente a ausência da empresa, não só neste espaço para o qual foi convidada com antecedência, mas também, como a Viviane bem falou, nos demais espaços em que a própria comunidade requer a presença da empresa para que ela preste esclarecimentos sobre a situação atual das barragens e também para que as comunidades sejam ouvidas quanto às suas demandas. Há uma total falta de diálogo por parte da empresa, que sempre vem com discursos de legalidade e tecnicidade, ou seja, sempre diz que está atendendo aos critérios legais e técnicos exigidos hoje em dia pelas agências nacionais e pelos processos de licenciamento ambiental. Além disso, publica e divulga muito bem no seu *site* que está fazendo ações, inclusive ações de diálogo com a comunidade. Mas o que vemos na realidade, quando conversamos com os atingidos e as atingidas que estão lá sofrendo, é que esse diálogo realmente não acontece. Eles fazem ações muito voluntárias, muito pontuais nas comunidades, fazem projetos uma ou duas vezes por mês com essas comunidades, dando algum dinheirinho para elas para ver se assim não há mais reclamações. Inclusive, esta audiência estava marcada para ontem, e vimos a tentativa da empresa de desmobilizar os atingidos: justamente no dia em que estava prevista esta reunião, a empresa tentou se antecipar e marcou o simulado de evacuação em uma das comunidades, para ver se conseguia tirar a visibilidade desta audiência.

Sabemos que não é só uma questão de participação nesses eventos. Não adianta somente a empresa vir aqui, se ela não atender às demandas, retomar o respeito aos direitos humanos e colocar na centralidade de todo o processo o atingido e a atingida. Isso significa que ela pode até dizer que está participando, mas ela tem que realmente fazer cumprir os direitos humanos, que estão incorporados no sistema normativo brasileiro e deveriam estar sendo cumpridos. A empresa deve priorizar a vida dessas pessoas, que realmente estão ali numa situação difícil, independente do risco de rompimento ou não, porque estão sofrendo com a pressão psicológica e também com várias outras questões de saúde. Inclusive, isso acontece não só nessas comunidades que estão abaixo das barragens, mas também nas que estão ao lado das minas.

Como o companheiro da OAB bem comentou, recentemente a Kinross passou para três turnos a extração do ouro lá, e os moradores das comunidades que vivem ao lado da mina não conseguem mais dormir, porque há explosão com dinamite e extração de ouro 24 horas por dia. Isso traz não só danos à casa, à moradia, mas também à saúde dos trabalhadores e moradores da região.

E sabemos que o que as empresas estão fazendo é justamente isso, elas se revestem desse processo de legalidade, de que estão atendendo ao requerido pela lei, e esperam a situação chegar a uma situação como a de Mariana e a de Brumadinho, para depois fazer essa disputa de quem deve ser indenizado e quem eles acham que têm direito na Justiça. Eles sabem que, além da capacidade de não precisar atender o respeito aos direitos humanos anteriormente, quando isso ainda é possível, fazer a proteção tanto dos atingidos, como do meio ambiente, eles têm ainda muito mais poder quando esse tipo de conflito chega ao Judiciário. O que visualizamos, tanto no Rio Doce, como em Brumadinho... Em Brumadinho já houve a experiência de todos os erros cometidos no Rio Doce, mas o que vemos ainda são instituições de justiça que infelizmente ainda não têm o preparo necessário para lidar com a complexidade desse tipo de conflito dentro do sistema de justiça. Então eles se aproveitam disso para violar ainda mais os direitos humanos quando ocorre esse tipo de conflito, após um rompimento de barragem em que as situações de diálogo e de participação e de possibilidade de organização dos atingidos piora muito, para justamente não precisar gastar mais dinheiro com qualquer tipo de indenização.

Para termos um pouco de noção, ontem mesmo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais deu duas decisões, uma relativa a Macacos e outra a Congonhas, em que já haviam sido garantidos alguns direitos aos atingidos e atingidas das regiões em que ainda não houve o rompimento da barragem, justamente na tentativa de antever um possível rompimento. Pelo menos em Macacos já houve o acionamento do plano de emergência; em Congonhas há a mesma situação de Paracatu, a criação de uma barragem muito grande com assentamentos na área de autossalvamento. O Tribunal de Justiça, em segunda instância, suspendeu os direitos que haviam sido concedidos em antecipação de tutela, que era a concessão da assessoria técnica independente, no caso de Macacos, a possibilidade de os atingidos que estão fora das suas moradias irem para uma moradia digna — eles continuam hospedados em hotéis, há mais de 3 meses, sem poder ter acesso aos seus bens, aos seus móveis, a tudo aquilo que faz parte do dia a dia, vivendo nessa condição indigna. No caso de Congonhas, onde se tem uma creche e uma escola em zona de autossalvamento com um tempo de 8 segundos previsto para essas pessoas que moram abaixo dessa barragem se salvarem, o Ministério Público lá entrou com uma ação civil pública pedindo que a empresa, no caso, a CSN, fizesse a remoção dessa escola e dessa creche para um local mais seguro. Em primeira instância, isso havia sido concedido, e agora o tribunal suspendeu essa antecipação de tutela.

Vê-se também que no Judiciário o cenário é ainda muito mais propício para essas empresas, por um próprio conservadorismo do Judiciário, que faz uma leitura muito restrita do que são os direitos, completamente ignora os direitos humanos, o direito dos atingidos e o direito à vida, que é o que está posto, e a vida numa completude que não é só o direito de estar vivo, mas o direito de ter uma vida em que o atingido se sinta confortável e digno e realmente possa fazer planos para a sua vida, não só o plano de sair correndo se a barragem vier a estourar.

Nisso tudo vemos exatamente a redução do conceito de atingido e a redução dos direitos dos atingidos. Há uma sobreposição: é mais importante continuarem as atividades econômicas dessas empresas do que garantir que essas famílias realmente tenham direitos. Por exemplo, existe aqui a pauta de Paracatu para que haja um reassentamento dessas comunidades que vivem abaixo da barragem.

Vou só citar aqui um dos julgados de ontem em que o magistrado falou: "*Com efeito, os transtornos gerados por uma evacuação, sobretudo de tamanha duração, são graves, muito embora não se comparem com os causados pelo efetivo rompimento de uma barragem. Em outras palavras, os danos até então experimentados no povoado de São Sebastião de Águas Claras*", que é Macacos, "*não justificam, ao menos neste momento, a contratação das entidades*". Isso quer dizer que as empresas também se utilizam disso. Elas sabem que, além do controle corporativo do Executivo dessas pequenas cidades, que dependem financeiramente dos impostos, dos tributos que a mineração faz, também têm um controle e uma incidência muito grande no Judiciário, não só pelo poder econômico, mas pelo próprio conservadorismo do Judiciário.

Pelo menos uma vitória que tivemos este ano, após o crime de Brumadinho, foi justamente a Lei de Segurança de Barragens, em Minas Gerais, que assegurou o licenciamento trifásico nos empreendimentos minerários e também exigiu já o descomissionamento das barragens a montante. Inclusive essa lei nova traz que fica vedada a construção, a instalação e a ampliação de barragens onde houver qualquer tipo de consolidação de habitação humana na zona de autossalvamento. Então teríamos que pensar também como aplicar isso às barragens já existentes, que é o caso de Paracatu.

Novamente, para além dessa questão da necessidade de serem ouvidos os atingidos e levados a sério os direitos humanos em todas as esferas, tanto na instalação dessas empresas, quanto no processo de licenciamento — agora vemos essa questão da nova legislação do licenciamento ambiental, que está tramitando —, precisamos também pensar como consolidar, a

título da Política Nacional dos Atingidos por Barragens, os direitos dos atingidos por barragens, para que eles realmente sejam reconhecidos e tenham seus direitos garantidos nessas situações.

Por fim, quero falar da necessidade da proteção do Rio São Francisco, que muitas vezes fica de fora do debate. Você tem ali essas duas barragens que estão do lado do Rio São Francisco. Com certeza o rompimento de uma barragem dessas traria a morte do Rio São Francisco, um dos principais rios que temos aqui no Brasil, que já foi contaminado agora com o rompimento da Barragem de Brumadinho — esse crime. Já existem estudos mostrando que a contaminação chegou até a represa de Três Marias — portanto, contaminou a água do São Francisco. Desse jeito, você teria de vez a morte consolidada do Rio São Francisco. Então é necessário pensarmos isto: a responsabilidade da empresa perante a proteção, respeitado o dever de precaução das empresas num caso desses.

Temos que pensar também como seria. A empresa tem a concessão prevista até 2028 para extração. Se ela não continuar fazendo suas atividades de extração, também traz preocupação. O descomissionamento nem sempre significa o fim da preocupação. Foi justamente o que aconteceu em Brumadinho: no processo de descomissionamento, trazem-se mais riscos ainda para a ruptura da barragem. Isso traz mais preocupações ainda para essas comunidades, para os atingidos e atingidas que vivem a jusante dessa barragem.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Agradeço à Ana Carolina.

Quero registrar a presença do Vereador Gilsão do Paracatuzinho e do Vereador Jueli do Ônibus, de Paracatu. Obrigado pela presença.

Também está presente conosco o nosso Deputado Camilo Capiberibe, do PSB, membro desta Comissão, e o nosso Presidente, o Deputado Helder Salomão, que eu também queria agradecer, pela marcação com urgência desta nossa audiência pública.

Em relação ainda a encaminhamentos, como você lembrou, nós aprovamos em primeiro turno aqui na Câmara Federal o projeto de lei que cria o Plano Nacional dos Atingidos por Barragens, que reconhece os atingidos. Foi um grande avanço, a partir da Comissão Externa que analisou a tragédia criminosa de Brumadinho.

Eu vou solicitar também, Sr. Presidente, que possamos aprovar um requerimento na próxima reunião solicitando urgência na análise desse projeto de lei no Senado, porque nós não podemos esquecer o que aconteceu para trás e não podemos deixar de tomar as precauções futuras. E esse projeto contém o reconhecimento dos atingidos e dá a eles uma série de proteções. Você citou várias delas, que estão no projeto, que nós já aprovamos em primeiro turno na Câmara Federal. Que aprovemos um requerimento solicitando urgência da análise no Senado. É um projeto importante.

Por fim, passo a palavra agora ao nosso último representante aqui na Mesa, o Dr. Nilo Virgílio dos Guimarães Alvim, que é Promotor de Justiça da Comarca de Paracatu.

**O SR. NILO VIRGÍLIO DOS GUIMARÃES ALVIM** - Boa tarde a todos. Cumprimento os integrantes da Mesa na pessoa do Deputado Rogério Correia. Cumprimento todos os demais presentes aqui, Vereadores e Deputados.

Senhoras e senhores, para quem não me conhece, meu nome é Nilo Virgílio. Eu sou Promotor de Justiça na cidade de Paracatu, natural de Uberaba. Passei por algumas comarcas na nossa querida Minas Gerais, que, desde a época do Império, serviu para fornecer ouro para o mundo inteiro. Ouro Preto já chegou a ser a cidade mais populosa do Brasil na época da colonização. Hoje nós vivemos todos esses problemas com as nossas minas, que também são gerais — minas de ouro, minas de ferro, minas que nos trazem muitas alegrias, mas que geram algumas consequências, que nós queremos sempre evitar.

O Ministério Público, como todos sabem, é uma instituição que defende os interesses sociais e individuais disponíveis e defende os direitos coletivos. Como curador do meio ambiente, curador dos direitos humanos e das minorias, senhoras e senhores, o Ministério Público está atento a todas essas questões que são trazidas aqui nesta importante audiência pública.

Com relação à Paracatu, já adianto que a Dra. Mariana Leão, Curadora do Meio Ambiente, não pôde estar hoje aqui por um problema de saúde. Fui convidado, na segunda-feira agora, anteontem, para vir a esta audiência pública e fiz o possível para vir. Eu tinha uma sessão de júri marcada para hoje. Pedi para um colega fazê-la, para que eu pudesse vir aqui trazer um pouco das nossas impressões e do que o Ministério Público tem feito para a comarca de Paracatu.

Inicialmente, com relação especificamente à mineração, o Ministério Público firmou um TAC, em 2011, exatamente sobre essas questões relacionadas às consequências ambientais. Esse TAC inclusive se refere ao descomissionamento. Por ausência de previsão legal, nós fizemos um TAC — termo de ajustamento de conduta para que houvesse esse

descomissionamento e o depósito de valores para viabilizar o descomissionamento antes de iniciar ou durante, não somente após o processo. Ou seja, esses valores serão utilizados para o descomissionamento de barragens.

Outros valores foram e estão sendo depositados, no montante de 1 milhão de reais por ano. Desde 2011, esse dinheiro é depositado em uma conta. Para viabilizar a utilização desse dinheiro, que inclusive tem que ser revertido para o meio ambiente, notadamente o meio ambiente da nossa região, a Promotora de Justiça Dra. Mariana está envolvida com um projeto. Não sei se todos conhecem, mas eu o trago aqui, inclusive para que a população de Paracatu tome conhecimento dele. O projeto se chama Semente. Para quem quiser entrar, o *site é sementemg.org*. Trata-se de uma plataforma onde são cadastrados projetos ambientais. Essa plataforma auxiliará esses projetos a se tornarem realidade.

Diante de todas essas questões, de todas as consequências da exploração minerária, temos que compatibilizar o desenvolvimento evidentemente sustentável, que visa à preservação do nosso meio ambiente, com o desenvolvimento econômico. No Ministério Público, na medida do possível, nós fazemos toda a análise do que acontece na comarca e na região. Estamos sempre atentos a isso.

Como eu disse, a curadora é a Dra. Mariana, mas eu tenho algumas informações. Na área criminal — hoje se falou sobre a criminalização dos garimpeiros artesanais —, o que acontece em Paracatu, notadamente quanto a isso, é uma questão cultural. Quando se iniciou o processo de extração de ouro lá, foi usado aquele método artesanal: jogava-se mercúrio no meio ambiente. Depois, vieram outros processos e chegou-se à Rio Paracatu Mineração, a antiga RPM, e então assumiu a Kinross. Essa questão cultural traz o sentimento para a população — e esse é um sentimento que compreendemos — de que o ouro está sendo tirado de nós e está sendo levado. Alguns entendem que o ouro é da pessoa. Alguns têm esse entendimento, invadem a área de mineração e colocam carpetes, que é um meio de fazer a extração do ouro dentro dos dutos. Já tivemos diversos incidentes com relação a isso. Esses incidentes envolveram morte de segurança, envolveram morte de garimpeiros, de pessoas que vão lá fazer isso. Houve conflitos, homicídios, as pessoas brigam por causa desses pontos de garimpo. Houve inclusive uma migração, por exemplo, de traficantes, que entendem que é melhor ser preso por furto do que ser preso por tráfico. A pena do tráfico é de 5 a 15 anos, e a pena do furto, se não for qualificado, é bem menor, de 1 a 5 anos. Senhoras e senhores, nós já enfrentamos pai matando filho por causa de ouro. Eu já vi isso. Em Paracatu, isso acontece. Hoje nós passamos por um momento de calma. Já tivemos lá casos em que houve mais de 200 pessoas dentro da mineração, pegando o vulgarmente conhecido como rejeito, que, na verdade, não é rejeito. São perdidos aproximadamente 10% do ouro, porque não se consegue tirá-lo totalmente. Então, ele vai para esse local de rejeitos. Aí algumas pessoas vão até essa área para retirá-los e poder fazer o seu sustento.

Sabemos que há muitas pessoas, muitos garimpeiros, porque faz parte da cultura paracatuense a questão do garimpo. Já ouvi pessoas contarem que chegavam a garimpar quando chovia na porta de casa. Então, há um aspecto cultural que tem que ser levado em consideração, tem que ser respeitado. Mas vivemos num Estado Constitucional Democrático. O Ministério Público zela pela aplicação da lei. Todos esses conflitos entre a população paracatuense e os interesses da mineradora têm que ser mediados, e evidentemente temos que tomar partido. Não tenham dúvida de que o Ministério Público sempre tomará partido, levando em conta a dignidade da pessoa humana.

Pois bem, além dessa plataforma semente, existe um procedimento do Ministério Público de acompanhamento da barragem. Esse procedimento já tinha sido instaurado no ano de 2015, ou seja, antes de acontecerem as tragédias de Mariana e Brumadinho, sob o Inquérito Civil nº 0470.15.00389-0. Está sendo feito um acompanhamento com relação a esse procedimento. Eu digo às senhoras e aos senhores que os elementos técnicos que nós tínhamos com relação a esse procedimento diziam que o risco de rompimento daquela barragem era classificado como risco baixo. Diante de tudo o que houve, na época, a Dra. Mariana imediatamente requisitou informações da mineradora. Analisamos como eram feitos esses procedimentos e encontramos alguns problemas na lei que podem ser solucionados e que podem nos auxiliar.

O procedimento é um automonitoramento. A coleta de dados não tem acompanhamento de um fiscal. Das 698 barragens existentes em Minas Gerais, todo procedimento de fiscalização é feito por autodeclaração, por automonitoramento.

Como sugestão, facilitaria — até para se acionarem essas empresas — criar algo na lei que estabelecesse que esse monitoramento, essa coleta de dados fosse feita diretamente por fiscais do Estado. Outra previsão que também auxiliaria para minorar todos esses danos seria fazer constar na lei que a empresa deve depositar valores para o descomissionamento concomitante ou antes de iniciar os projetos, porque não há essa previsão na lei. Nós fizemos isso em Paracatu, através de TAC, mas isso auxiliaria sobremaneira para minorar os danos causados.

Algo que temos que trazer, mas que tem que ser avaliado... No Chile, por exemplo, onde já houve problemas, o método por alteamento a montante é proibido. Existem outros métodos que podem ser utilizados. O método utilizado na cidade de Paracatu são dois. Existem lá duas barragens menores e duas maiores. As duas barragens maiores utilizam o método de

alteamento a montante por linha de centro, que é a mesma tecnologia utilizada por hidrelétricas. As outras duas menores utilizam o método a jusante.

Segundo os relatos da Fundação Estadual do Meio Ambiente — FEAM, os laudos existentes dizem que a barragem atende às normas técnicas. Entretanto, é necessário cobrar da mineradora que tire essa sensação de insegurança da população e que lhe traga elementos concretos. Se as senhoras e os senhores forem lá na barragem — a Dra. Mariana inclusive foi lá pessoalmente —, vão ver que é preciso técnica, é preciso analisar e monitorar constantemente, é preciso ter aparelhos. Sabemos que essas tecnologias não são facilmente alcançadas. O Ministério Público está pronto para servir a sociedade, defender a democracia e promover a justiça, pois essas são as nossas diretrizes. Diante disso, o Ministério Público está de portas abertas para toda a população paracatuense para que traga suas demandas. A Dra. Mariana faz atendimento ao público. Evidentemente, nós somos poucos promotores lá em Paracatu. Existem lá hoje quatro Promotorias de Justiça, sendo que uma delas não é exclusiva da área de meio ambiente. Ela também traz outras curadorias, como a Curadoria de Defesa do Patrimônio Público, e *custos legis*, nos processos cíveis, dentre outras. O dia a dia do promotor é atendendo a sociedade. Nós temos uma equipe técnica que nos auxilia. O Ministério Público está acompanhando o monitoramento dessas barragens. E, evidentemente, surgindo riscos iminentes, serão tomadas as providências, como têm sido tomadas em todos os Estados. Nós queremos sempre prevenir. Nós não queremos mais nenhuma morte em Minas Gerais, em razão de rompimento de barragens. Não podemos admitir que, mesmo que não haja mortes, os rios e o nosso meio ambiente seja contaminado, principalmente o Rio Paracatu e o São Marcos, que fazem parte dessa bacia hidrográfica, em razão do rompimento de barragem.

Então, nós temos que construir esses novos métodos para que não haja novos erros. A fiscalização é de suma importância. Surgindo notícias de que estão ocorrendo, em desrespeito à legislação, o Ministério Público está pronto para agir.

Encerro aqui as minhas palavras.

Agradeço a atenção de todos. Boa tarde. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Agradeço ao Dr. Nilo Virgílio a contribuição e também o esforço de ter comparecido à nossa audiência de hoje. Lamentamos que não aconteceu o mesmo com a empresa e com a Agência Nacional de Mineração.

A Promotoria, apesar das dificuldades expostas com pessoal, mesmo assim está aqui.

**O SR. NILO VIRGÍLIO DOS GUIMARÃES ALVIM** - Deputado, o senhor me permite dizer que seria de extrema importância a participação aqui dos dois principais órgãos, ou seja, da Agência Nacional de Mineração e da empresa, para, evidentemente, nos trazerem elementos, nos darem explicações e também serem questionadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Exatamente.

**O SR. NILO VIRGÍLIO DOS GUIMARÃES ALVIM** - Infelizmente, não foi possível.

Parabenizo, mais uma vez, os Deputados Rogério Correia e Leonardo Monteiro pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Dr. Nilo.

É óbvio o esforço que o senhor fez para estar aqui representando o Ministério Público, como promotor da Justiça, com muito mais dificuldade do que teriam as empresas e a própria Agência Nacional de Mineração, que poderiam ter feito o esforço de mandar um representante.

Gostaria de fazer apenas algumas observações no que diz respeito à legislação que o Dr. Nilo citou. Na questão do automonitoramento, há uma crítica muito grande que foi feita tanto na Comissão Externa quanto na CPI. Nos projetos que nós apresentamos, que estão em processo de votação, nós não optamos pela fiscalização, vamos dizer, pura do Estado, através de fiscais, pela própria fraqueza de o Estado, nos dias de hoje, fazer esse monitoramento. Então, o que nós colocamos foi um outro método, que é mais comum na Europa, em que as empresas são cadastradas pelo Estado. A empresa não escolhe quem vai fazer o laudo de estabilidade. Essas empresas são cadastradas pelo Estado, a partir de critérios rígidos, e uma dessas empresas fará, portanto, o monitoramento constante, e, é claro, com o acompanhamento de um fiscal, mas com a empresa determinada a partir dessa escolha. Isso está em processo também de votação e é muito importante, porque o exemplo da empresa que emitiu o laudo lá em Brumadinho, que é a TÜV SÜD, foi um verdadeiro escândalo. No final das contas, o que nós vimos que é TÜV SÜD, pressionada pela Vale, fez a declaração de estabilidade, embora o laudo da própria TÜV SÜD apontasse um monte de problemas na barragem. Mas, mesmo com todos esses problemas, deu a declaração de estabilidade. A Vale pressionou e a TÜV SÜD deu o laudo, ou, em outras palavras, comprou o laudo, e a outra vendeu a declaração de estabilidade, mesmo tendo um laudo cheio de problemas.

Para se evitar isso, a empresa tem que ter o cadastro no Estado, porque, se ela agir de maneira diferente, perderá, inclusive, a condição de cadastro. Então foi isso que nós apresentamos como uma alternativa à questão da forma que está hoje.

Em relação ao descomissionamento e ao valor, houve a iniciativa do Deputado Padre João, desde quando era Deputado Estadual em Minas, e ele já colocava a questão da caução ou seguro, mas não foi apenas para o descomissionamento. Então, Padre João, acho que nós podemos também, porque esse processo ainda não terminou, incluir a caução ou o seguro no descomissionamento, que é uma questão levantada pelo promotor. Desse modo, já se prevê como será o descomissionamento, porque ele é obrigatório da empresa. Então, se é obrigatório da empresa, há de se ter um recurso que garanta, no final de determinado procedimento, em tantos anos, o descomissionamento, porque ele é caro, demorado e precisa de projeto. E agora nós vimos que Agência Nacional de Mineração prorrogou o prazo para o descomissionamento. Viram isso agora, recentemente, nesta semana ou na semana passada?

Prorrogou o prazo para o descomissionamento das barragens, mesmo a montante, Patrus, que estavam previstas para até, no máximo, 2021, e eles passaram para até 2025. Alongaram o prazo para fazer os descomissionamentos, prorrogando mais para as barragens que são maiores. Então, corre-se o risco de se chegar a 2025 e ainda prorrogarem mais. Como eu falo, passam o problema. Em vez de as pessoas lembrarem e não quererem que não aconteça mais, eles vão relaxando novamente até vir outra tragédia criminosa.

Então, a Agência Nacional de Mineração, se estivesse aqui hoje, eu iria cobrar por que ela prorrogou o prazo para fazerem o descomissionamento das barragens a montante em Minas Gerais, que é da lei. Também foi aqui aprovada em primeiro turno a lei que trata da obrigatoriedade do descomissionamento e da proibição da barragem a montante. A lei de Minas Gerais já proíbe, em Minas Gerais, a barragem a montante.

Agora, isso não resolve tudo. O que nós temos visto da Comissão Parlamentar de Inquérito é que, mesmo a montante, de linha de centro ou a jusante, elas, embora, sejam mais seguras, não resolvem a questão. Os riscos ainda existem, e não são pequenos, embora menores do que na barragem a montante.

O que nós sugerimos é que só possa haver barragem se não houver outro método que seja mais seguro e mais moderno. Então, no caso da barragem de minério, a mineração a seco é uma possibilidade, o que, aliás, já é feita em quase todo o Estado do Pará. Em Minas, em alguns locais, já se faz também, e eles estavam utilizando a outra barragem por ser mais barata. Quanto à de ouro, eu confesso não entender. Não tenho conhecimento de como é feita. Mas é possível ter também uma forma de minerar o ouro de forma mais moderna do que usar barragens.

**O SR. NILO VIRGÍLIO DOS GUIMARÃES ALVIM** - Quero fazer uma complementação: Paracatu ainda tem uma situação peculiar. O Dr. Silvano disse que mora no Bela Vista. Eu morava ali no Jóquei. Ficava bem próximo da minha residência, então eu conseguia ver o morro. Nesses impactos às três e meia da tarde, eu dificilmente estava em casa. Mas no meu período de férias em que eu estava em casa, às três e meia da tarde treme tudo. É uma coisa impressionante. Eu vivi isso.

Outra questão também que é peculiar de Paracatu é que a mina fica ao lado da cidade e a céu aberto. A mineração de ouro, se vocês olharem no Google, verão que os espaço delas, com a parte da mina e das barragens, é maior do que a própria cidade de Paracatu. E ela é ao lado, quer dizer, isso é uma situação única. A gente não vê em outro lugar uma barragem e a mineração, como ela é feita, tão próxima de uma cidade. Então, a população sofre todas as consequências.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Então, Dr. Nilo, quero lhe agradecer.

Há o projeto de lei que trata do licenciamento ambiental. Há dois projetos tramitando aqui na Câmara Federal. Um deles, para o qual o Presidente nomeou o Deputado Kim Kataguiri para fazer o relatório, é mais geral e abrange todos os setores. E outro, que nós já provamos também na Comissão Externa que trata de barragens, e a CPI está reforçando, é o licenciamento ambiental para a questão de mineração, que é bem mais rígido do que o atual. Esse ainda não foi aprovado também aqui. Então, há a necessidade também da aprovação desse projeto referente ao licenciamento ambiental.

Nós vamos tratar com mais rigor do licenciamento ambiental para mineração. Nós já tratamos nesse. O nosso é bem mais rígido e, entre outras coisas, diz que só pode haver a técnica de minerar com barragem caso não haja condições de fazê-la com um método mais seguro e mais moderno do que as barragens.

Então, nós fizemos constar isso tudo na lei. A legislação é bem mais rigorosa do que está e foi fruto de muito estudo, tanto da Comissão Externa quanto da CPI. Das sugestões que o senhor nos deu, algumas ou a maioria delas já estão no projeto.

Dentro das recomendações da Comissão que nós vamos fazer, eu vou incluir uma ida nossa — além da remessa do pedido de votação pelo Senado — ao Senado para uma audiência com o Presidente, para vermos os quatro projetos já aprovados. Também solicitarei uma reunião da Comissão de Direitos Humanos com o Presidente Rodrigo Maia para falarmos sobre esse projeto específico de licenciamento para a questão da mineração. Vamos mostrar a ele, junto com a CPI, a importância

da aprovação disso. Faremos isso rapidamente, até antes do processo de licenciamento geral, que pode demorar mais. Mas a mineração deve ter um licenciamento específico. Isso é muito importante, principalmente agora.

Eu falei aqui *en passant*, mas é bom falarmos com todas as letras. Quando o Presidente Jair Bolsonaro diz que a Amazônia está para ser minerada inclusive por outros países, se não houver uma legislação de mineração que seja mais rígida, do ponto de vista da preservação ambiental e das pessoas, imaginem o que será isso na Amazônia.

Então, como nós temos um Presidente que, sinceramente, pelo menos no meu caso, não confio no que ele vai fazer sobre a questão ambiental, se nós não aprovarmos essas leis de maneira rápida e mais rigorosa, não saberemos o que vai ser do País do ponto de vista de permitir esse tipo de mineração. Imagina, doutor, essa mineração na Amazônia, com os índios, nas terras indígenas, como ele tem anunciado! Isso com a legislação que nós temos. O que vai ser da Amazônia brasileira?

Então, isso é muito grave. Eu acho que nós temos que agilizar a aprovação disso, antes que comecem a conceder licença de mineração como fizeram em Minas Gerais. Hoje, em Minas Gerais — o Almir Pará foi nosso Deputado Estadual lá e sabe disto —, nós vivemos bombardeados por represas e por barragens, verdadeiros buracos que representam um risco, uma bomba-relógio na cabeça dos mineiros. As pessoas têm que sair a galope de suas residências. Isso aconteceu lá perto, em Belo Horizonte, em Macacos, Nova Lima, Ouro Preto e Barão de Cocais. Sai todo mundo correndo, porque, de repente alguma coisa pode cair na cabeça das pessoas. E há o caso de Paracatu, que é o que os senhores estão colocando aqui. Há um laudo de um estudioso do Canadá, o Dr. Steven, que coloca que há risco de rompimento. Ora, nós não podemos duvidar disso, principalmente depois do acontecido.

Então, tem que se tomar as medidas necessárias e remetê-las à Agência Nacional de Mineração, para que eles tenham ciência de que existe um estudo que diz que há riscos. Se há um estudioso que diz isso, se tem um laudo, etc., eles têm que tomar decisões rápidas em relação a isso, e não duvidar, achar que não vai acontecer. Isso já não deu certo pelo menos duas vezes nos últimos 4 anos.

Em Minas Gerais, na verdade, não foram só duas barragens que se romperam. Lá foram pelo menos dez barragens que tiveram rompimento, quase todas com perda de vidas e com uma perda ambiental muito grande.

Depois nós vamos fazer uma série de recomendações, mas eu queria já deixar essas anotadas para que nós, ao final do procedimento, possamos colocar as nossas observações.

Como os Deputados saíam... Está havendo votação no plenário. Então, quando há votação nominal, temos que ir lá votar. Eles voltando, eu irei lá, e um deles me substituirá. Enquanto isso, eu vou passar a palavra para os oradores que estão inscritos. Há cinco oradores inscritos: Almir Paraca, Maria Helena Gonçalves Nunes, Yuri Paulino, do MAB, Michael Douglas, e Ronaldo, do gabinete do Deputado Estadual André Quintão, que, aliás, é o Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho lá em Minas. Ronaldo, mande um abraço para o André. Então, são esses os inscritos. Havendo Vereador também querendo se manifestar, basta se inscrever para fazer uso da palavra.

Com a palavra o Almir Paraca, por 5 minutos.

**O SR. ALMIR PARACA** - Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Rogério e agradeço-lhe a iniciativa da realização desta audiência pública. Cumprimento a Mesa, os Vereadores, a comunidade de Paracatu e todos aqui presentes.

Quero começar, Deputado, lembrando o bordão de um bloco de carnaval de Paracatu, que nasceu há 30 anos, em 1988, no Centenário da Abolição da Escravatura, em uma cidade que foi fortemente marcada pela escravidão exatamente para trabalhar nas minas de ouro no Brasil colônia, ouro que, de novo, acontece como aconteceu naquela época. A história é engraçada, e dizem que, quando ela se repete, invariavelmente, é como farsa.

Então, no período da escravidão no Brasil colônia, o ouro saiu de Paracatu aos borbotões e foi parar, sabemos bem, nos cofres da Inglaterra. Portugal não conseguiu nem segurar o ouro que assaltou do Brasil.

E agora, de novo, o ouro de Paracatu, aos borbotões, muito mais do que à época da escravidão, é integralmente, não fica nada no Brasil, exportado. E a legislação, uma legislação extremamente protetora das mineradoras, permite que quase nada — quase nada mesmo — fique em benefício da população local.

Bom, esse bloco se chama Pão Moiado e, desde que nasceu, dentre outros pontos, ele coloca uma crítica ácida à presença e ao modelo de exploração do ouro na cidade de Paracatu. Ano passado, fizemos a adaptação de um samba antigo de um paracatuense, cujo bordão ficou assim: "*Socorro! Socorro! Este é o grito que vem lá do morro. Socorro! Socorro! Se eu não lutar por Paracatu, eu morro. Tem bomba, tem arsênio em grande arsenal, que, em silêncio, mata o pobre mortal. É água, é pó, é lama, é labuta. Paracatu vai à luta*".

A água citada no bordão é a água utilizada na extração mineral. É tanta água, que a coleta de água dos rios próximos já não é mais suficiente, desde há muitos anos, desde o processo de expansão da mineração. Dezenas de poços artesianos foram

recentemente perfurados para garantir essa ampliação da produção da mina, abaixando o lençol freático, comprometendo certamente outros diversos setores produtivos para além da mineração no Município de Paracatu.

O pó citado é a poeira. Como já foi dito aqui por muitos, a mina está acima da cidade, ela está elevada no chamado Morro do Ouro, e esse pó vem, essa poeira vem da mina e alcança toda a população. Já foi dito também que, onde há incidência de ouro, há incidência de arsênio, quase sempre juntos. Em Paracatu, o que se diz é que esse percentual de arsênio é extremamente elevado e é um crime submeter a população a respirar essa poeira de arsênio constantemente.

A lama...

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Conclua, por favor.

**O SR. PATRUS ANANIAS** (PT - MG) - Sr. Presidente, eu abro mão do meu tempo, como Deputado, para que ele possa falar. Ele é um companheiro nosso. Ele é de Paracatu, foi Deputado Estadual, conhece bem a região. Então, como eu falaria depois, publicamente, eu abro mão do meu tempo, e peço que V.Exa. dê a ele um pouco mais de tempo, porque se trata de um depoimento muito importante, de uma pessoa que realmente conhece bem a região, inclusive é um dos organizadores das caminhadas em memória de Guimarães Rosa na região. Por isso, faço a V.Exa. este pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Podemos fazer as duas coisas, Deputado Patrus.

**O SR. ALMIR PARACA** - Obrigado.

Vou tentar ser mais ágil. Para além da lama das barragens de rejeito associada ao pó, há o grande risco de o rompimento dessas barragens alcançar o Rio Paracatu e o Rio São Francisco, e a ameaça, Deputado Patrus — vários técnicos já tornaram isso público em âmbito nacional — é matar o Rio São Francisco por 100 anos, um século. Então, é de se perguntar como é que pode um empreendimento dessa natureza ser autorizado com um risco desses. O Rio São Francisco não é qualquer rio. Ele é um rio de integração nacional. Olha o significado, a gravidade, o tamanho dessa ameaça para o Rio São Francisco. E a labuta é do povo de Paracatu, que, há muitos anos, luta para enfrentar todas essas questões, e não há eco, não há uma resposta efetiva para ninguém.

Eu queria colocar algumas questões. Eu queria sugerir que se convidasse formalmente, fosse solicitado formalmente que o Ministério Público Federal retomasse a intervenção nessas questões em Paracatu. O Ministério Público Federal já atuou durante muitos anos, principalmente em relação à questão quilombola, mas, infelizmente, não houve resultado prático, e ele abandonou. Já faz muitos anos também que o Ministério Público Federal não atua nessa questão em Paracatu.

Em relação ao TAC 2011 citado pelo Promotor, sabemos da existência do Projeto Sementes, mas sabemos também que não há projeto desse fundo em Paracatu. O único que foi aprovado até aqui é de resultados extremamente duvidosos. Hoje é um elefante branco, que foi implantado no Município por uma ONG de Belo Horizonte, a AMDA — Associação Mineira de Defesa do Ambiente, para fazer o acolhimento de animais silvestres que foram aprisionados. Não está funcionando, nunca funcionou.

Então, é importante discutirmos. Abra um canal, Promotor Nilo, para conversarmos sobre isso. Somos solidários com a Bacia do Paracatu, com a Bacia do São Francisco; que os recursos dessa mineração de Paracatu possam também alcançar outros Municípios e outras regiões da Bacia do São Francisco. Mas não é possível não ficar nada em Paracatu. Eu acho que precisamos fazer um recorte para discutir projetos em Paracatu e criar critérios realmente rígidos para analisar esses projetos, garantir que sejam projetos sustentáveis e realmente de interesse da população.

Bom, para terminar, muitas questões que eu anotei aqui já foram ditas, eu queria falar da questão do legado. O que vai acontecer em Paracatu — já vimos anunciando isso há muito tempo — é que, em 12 anos, a empresa está anunciando que terminará a operação. E o que vai acontecer é que Paracatu vai ficar, infelizmente, com o buraco ambiental, o buraco social e o buraco econômico. No mínimo, um terço do PIB local vai embora, acabará, e Paracatu vai virar uma cidade-fantasma, os imóveis vão cair de preço assustadoramente. Dentro de 5 anos, esse processo já vai começar. A cidade não entende isso, os gestores públicos não conseguem processar essa informação.

Há o projeto Paracatu 2030, cuja intenção é muito boa, é discutir como diversificar a economia do Município para que se encontrem alternativas para fazer frente a esses buracos com a retirada da mineração. Então, o ouro vai embora, a riqueza de Paracatu vai embora, não deixará praticamente nada efetivo, substancial, para ajudar na melhoria da qualidade de vida da população, e depois ficará esse grande vazio, esse grande buraco.

Infelizmente, o diagnóstico não é bom; o horizonte, pior ainda, mas esperamos conseguir. Agora, essa luta é nossa. Essa luta é do povo de Paracatu. Os Vereadores estão aqui. O Prefeito, infelizmente, não conseguiu se fazer presente. Mas essa luta é da população de Paracatu. Nós é que temos que abrir os nossos olhos, lutar pelos interesses locais e tentar fazer dessa realidade, que infelizmente é também de muitas outras localidades, um exemplo de resistência e de luta.

Eu agradeço a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, lembro que esta Comissão vai realizar, no dia 5 de novembro, uma audiência pública com o MAB. O requerimento já está pronto. Houve um acordo com o MAB para realizarmos essa audiência no dia 5 de novembro. Então, teremos aqui uma audiência exatamente por ocasião dos 4 anos da tragédia de Mariana, em que se celebra a luta, porque sempre onde há sofrimento também há luta.

Nos dias 3, 4 e 5 — possivelmente, porque ainda vamos conversar aqui na Comissão — há uma proposta, Deputado Padre João, de nós fazermos uma diligência no Espírito Santo com os atingidos de vários Municípios, de várias regiões, também lá com o MAB do Espírito Santo. Então, esta Comissão tem cuidado desse tema, visto que é um tema muito caro especialmente à população de Minas Gerais e do Espírito Santo, mas de todo o Brasil.

É dever nosso tratarmos desse tema com muita responsabilidade e, acima de tudo, com muito compromisso, para enfrentarmos, de uma maneira muito vigorosa, essa tragédia que cada vez mais se anuncia. Não só o Legislativo, mas a sociedade civil, todas as instituições e os movimentos da sociedade precisam enfrentar esse problema.

Passo a palavra ao próximo inscrito, representando as entidades da sociedade, o Almir. (*Pausa.*)

Ah, o Almir foi quem falou agora. Desculpe, eu não o conhecia, e o Deputado Rogério Correia me falou que o próximo era o Almir. Então, ou ele falou errado para mim ou eu entendi errado.

Então, passo a palavra à Maria Helena Gonçalves Nunes, que é moradora da comunidade de Santa Rita.

Ligue o microfone, por favor, porque esta audiência é transmitida ao vivo pela Internet. Então, é preciso que todo mundo que está em casa acompanhando ou em outro lugar possa nos ouvir atentamente.

**A SRA. MARIA HELENA GONÇALVES NUNES** - Boa tarde a todos. Eu sou moradora lá da Santa Rita, beirando a barragem, a 400 metros da barragem. Sou moradora já desde 1973. Eu estou passando por uns danos muito grandes e eu vim pedir ajuda, porque eles, em janeiro, encarretaram o meu gado. O meu gado é a produção de leite que eu tenho na minha terra. Eu trabalho é com isso aí. E até não sou eu que trabalho. Eu dei para o meu menino aqui, que está aqui do lado. Ele tem duas crianças, ele nasceu com problema na boca. Então, ele tem dificuldade de trabalhar. Ele tem dificuldade de trabalhar assim pelo jeito de se comunicar — ele não fala muito bem. Então, eu passei para ele tirar o leite, sabe?

Aí a mineradora pegou o meu gado em janeiro, ficou quase 1 mês com gado. E os bezerros ficaram pequenos. Pegaram só as vacas paridas. E eu perdi vários bezerros com fome. Eles levam no juiz, e a gente tem que pagar. A gente tem que pagar. A gente não tem dinheiro para pagar, para poder retirar esse gado. Aí eu tirei, como se diz, do pão de cada dia, paguei e consegui tirar. Quando foi agora, eles tornaram a encarretar o gado dentro da minha propriedade. Está lá. Vocês podem ir ou, se quiserem, podem mandar um representante para ver. Eu sou viúva. Então, eles pegaram e levaram. Hoje está fazendo 1 mês que esse gado está lá. Agora acabaram os recursos. A gente já está passando necessidade, porque ele vive da renda desse leite. Ele tem menino pequeno. Inclusive eu estou contaminada, as crianças estão contaminadas. Você me deixa falar só um minutinho? Não tem o que fazer para eu retirar esse gado, porque eu não tenho dinheiro para isso. Eles ficaram querendo até vender esse gado. E aí? Como eu vou fazer? Então, eu estou aqui pedindo a vocês. Se puderem me ajudar, eu agradeço.

Eles perseguem. Direto eles estão fazendo ocorrência. E eu não estou acostumada com isso, eu não sei mexer com isso, porque a gente foi criada na roça e não tem costume disso. Eu criei quatro filhos. Graças a Deus, meus filhos são todos trabalhadores. Não tenho problema com os meus filhos. Eles estão fazendo ocorrência direto. Polícia vai. E eu não estou entendendo. A gente já está traumatizada, a gente não dorme. A gente fica preocupada, porque eu devo à cooperativa de leite 8 mil reais, porque eu comprei um silo para dar ao gado. Mas eles levaram o gado. Como é que eu vou pagar esse leite? Então, eu estou aqui pedindo uma ajuda para vocês. Por favor, quem puder ajudar nisso aí, ajudar a retirar esse gado para ele trabalhar. Ele tem problema, nasceu assim. Então, por favor, eu estou pedindo. Depois eu queria que fosse alguém para ver tudo direitinho, para me explicar tudo direitinho, para a pessoa ver que eu não estou errada. Amém?

Que Deus abençoe vocês! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Pois é, esse é o depoimento da Maria Helena Gonçalves.

Muitos depoimentos têm se repetido pelo Espírito Santo afora e por Minas Gerais, e temos testemunhado isso. Esse é o drama de muitas famílias que estão sendo vítimas dessa tragédia. Nós estamos aqui exatamente debatendo sobre o que pode ser feito.

Passo a palavra agora ao Yuri Paulino do MAB nacional.

**O SR. YURI PAULINO** - Boa tarde a todos e a todas.

Boa tarde, Deputado Helder, a quem agradeço em nome do Movimento dos Atingidos por Barragens.

O Deputado tem prontamente atendido às solicitações que o movimento tem feito a esta Comissão. E elas têm sido muitas, porque o problema de Paracatu se repete em muitos lugares do Brasil infelizmente.

O processo de construção de barragens da mineração e a produção de energia são feitos em cima de um padrão de violação de direitos humanos. A situação dos companheiros e companheiras de Paracatu que estão aqui, a quem cumprimento, não é diferente da situação de uma grande parcela da população brasileira atingida e que aparece recentemente por conta dos crimes da Vale em Brumadinho e Mariana. Então, é uma situação extremamente crítica, que às vezes nos coloca numa condição de questionar se nós não somos cidadãos brasileiros, se nós não temos direito de viver dignamente neste País.

A companheira Viviane coloca uma coisa que é extremamente importante, que é a gente se perguntar o que é viver embaixo de uma barragem, criar os filhos, sabendo que a qualquer momento ela pode se romper. Não há dignidade mais na vida. No final de semana, fui conhecer Paracatu, e a gente vê essa realidade lá. Não há dignidade para os trabalhadores, não há dignidade para os atingidos. É preciso que a gente trate isso com a ênfase que se precisa dar. Às vezes, a gente vê essas mineradoras, essas empresas, se instalarem no Brasil — elas vêm do mundo afora, de outro país — e se tornarem donas. Elas podem pegar o gado da companheira na propriedade dela. Elas se dão ao direito de não vir a uma audiência convocada pela Casa de Leis do País. Aí a gente pergunta: o que é possível ao Ministério Público fazer? Quais os mecanismos para convocá-las? Tem que obrigar! Paracatu não é da empresa, Paracatu é do povo de Paracatu. Será possível que é preciso o povo ter essa consciência e ter que tomar Paracatu e muitas outras regiões do Brasil de volta?

A gente também sente a fragilidade nas leis. Não se tem efetivamente uma postura, inclusive do poder municipal, de certa forma, em relação a leis, a instrumentos que deveriam defender o povo. Que apresentem uma defesa da pauta do povo! É uma sacanagem o que estão fazendo com essa tal das simulações: sem preparar o povo, sem dizer ao povo o que é, sem o povo saber o que estão fazendo. Isso é mais uma violação de direitos humanos. Isso acontece, e os Poderes vão aceitando e permitindo. Essas empresas vão, cada vez mais, ganhando território e decidindo sobre a vida das pessoas: quem pode ir à escola e quem não pode, quem pode criar gado e quem não pode, porque elas se tornam donas até do povo.

Companheiros e companheiras, isso é extremamente grave! Não adianta as empresas dizerem que estão fazendo TAC para acertar as coisas. É um TAC que elas não cumprem! Só quem cumpre é o povo, só quem paga a conta é o povo. E vai continuar dessa forma. Onde está a riqueza que está sendo tirada daquela mina? Quanto vai voltar para Paracatu? O que vai servir para o povo de Paracatu e região? É importante a gente poder reforçar essas questões.

A gente tem uma experiência de 30 anos de movimento, nacional e internacional. Companheiros e companheiras, a resposta é sempre dada pela luta e organização do povo. A gente não pode esperar que venha alguém nos salvar. É preciso que essas comunidades atingidas se organizem e passem a definir qual vai ser o futuro delas naquele território, porque é impossível viver naquela condição que está colocada ali, é impossível viver sem saber quando uma barragem vai romper ou não vai. Barragens se rompem! Podemos fazer todo o esforço para não se romperem. Mas a de Mariana, a de Brumadinho, recentemente uma na Bahia e milhares no Brasil se romperam. E elas vão continuar se rompendo. Como a gente vai deixar a comunidade embaixo dessas barragens?

Companheiros e companheiras, é uma luta enorme.

Quero insistir nisto: precisamos de uma organização muito forte no local, para que haja resistência das pessoas e elas comecem a assumir, de fato, a defesa de suas vidas nessas regiões, assumir a negociação de suas pautas, porque aparentemente parece que quem está negociando não está negociando com o povo. Não é a pauta do povo, não é um plano de desenvolvimento do povo que está acontecendo. Para mim, parece que outras coisas é que acontecem, e o povo fica pagando só os custos, que é este: viver de forma indigna na beirada ou abaixo dessas barragens que nos prejudicam cotidianamente.

Agradeço o esforço desta Comissão, porque é extremamente importante trazer esse debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Agradeço ao Yuri Paulino.

Fazendo a alternância agora, passo a palavra ao Deputado Padre João.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG) - Presidente, cumprimento V.Exa., cumprimento também todos os convidados e convidadas, cumprimento o companheiro Deputado Almir Paraca, agradecendo a presença e participação.

Muitas questões já foram levantadas aqui. Eu acho que o diferencial desta audiência, com todo o respeito, passa pela presença do promotor, do Ministério Público. É verdade que os movimentos são fundamentais para ajudar nessa

organização da luta, da mobilização, fazendo com que cada atingido seja de fato protagonista também na luta por seus direitos.

Quanto à legislação, infelizmente, avançamos pouco, mas ainda está tudo parado no Senado Federal. Só para fazer justiça, já que o Deputado Rogério Correia falou de uma iniciativa nossa, em relação ao cheque caução. Na verdade, justiça seja feita, a grande companheira e guerreira é a Maria José Hauelsen. Foi iniciativa dessa nossa colega lá da Assembleia Legislativa. Maria José Hauelsen teve a iniciativa do tal cheque caução, que só emplacamos agora. Quando eu estava apresentado parecer, na tribuna, eu fui de certa forma pressionado, porque eles falaram: "*Nós só vamos votar o projeto se for colocado 'poderá'*". Então, substituíram o "deverá" pelo "poderá", o que é uma grande diferença na lei, infelizmente. Esperamos que o Senado talvez possa corrigir isso, ficando: "*Deverá constituir um fundo...*" Pelo que entendi um pouco, é o descomissionamento e a descaracterização. Acho que tem que fazer todo o serviço de fato, completo, para garantir tranquilidade e dignidade para todos os atingidos.

Sr. Presidente, eu acho que nós tínhamos que ter uma ação conjunta com a Comissão de Participação Legislativa, que teve uma audiência sexta-feira. Provocamos, Dr. Nilo Virgílio dos Guimarães Alvim, as questões que foram levantadas, além da segurança de barragem. Embora o objetivo principal fosse discutir segurança de barragem, foi levantada a questão atmosférica. Acho que o Ministério Público tem como acompanhar isso. Estão acompanhando? O senhor tem relatório do medidor das partículas, se está de fato em excesso e qual é a qualidade dessa partícula? Que tipo de poeira que está ali? Tem arsênico também? Há uma dúvida, porque o que complica em relação à atividade, seja da bauxita ou do ferro... A questão do ouro, que é mais em Paracatu e em Santa Bárbara, é o procedimento, porque basta 1 miligrama de arsênico para matar. É coisa mínima, mínima, que leva a óbito.

Então, há um complicador. Essa questão da medida, porque tem o equipamento que mede essa pressão atmosférica. Há o ruído também. Quantos decibéis atingem a comunidade, aos vizinhos, seja em relação ao explosivo, seja da atividade noturna, que é mais complicada? A atividade noturna, Patrus, porque à noite eles estão lá furando para colocar as bombas, as dinamites. Então, tem ruído à noite e explosão.

Deputado Rogério, nós temos que saber se a Agência Nacional de Mineração tem feito diligências. Qual foi a última diligência? Qual é a medição, doutor, dos tremores? É outro o equipamento que mede a que nível chega a vibração onde há moradias. Por quê? Para obtermos provas. Nós temos que ter provas das rachaduras nas casas, porque eles vão dizer que as rachaduras são provenientes de caminhões, de carros, etc. E, quanto aos tremores, há dois complicadores. Pelo que eu sei — o Rogério acompanhou também isso muito de perto — é proibido o uso de explosivos a uma certa distância da barragem. Então, esse foi um dos complicadores em Brumadinho. Em Brumadinho eles atestam que teve explosivo em torno do meio-dia. Parece que lá os explosivos também aconteciam no horário do almoço. Era mais cedo, não é? Eu não sei porque não tinha operário, ausência de operário no trabalho... Então, há relatos de que tinha explosivo e que foi um que estartou. Há essa denúncia.

Então, é outra ação de fiscalização e de diligência. Rogério, nós temos que fazer outro requerimento para chamar aqui a Agência Nacional de Mineração e o próprio Ministério, para avançarmos nesses outros dados, devido a sua ausência aqui. Senão, nós vamos convocar o Ministro. Nós não temos competência para convocar a mineradora, infelizmente. O Ministério Público tem competência de intimar, de determinar prazos para apresentação desses dados. São 3 dias... Embora saibamos — não é o caso, não quero nenhum julgamento —, nós temos uma boa atuação do promotor, por exemplo, em Congonhas. Às vezes, o Ministério Público faz um trabalho, e o Judiciário com uma canetada destrói tudo o que o Ministério Público fez. Infelizmente, foi o que aconteceu em Mariana. No caso do crime da Samarco, da Vale e da BHP Billiton em Mariana, foi um absurdo o que o juiz federal fez, porque quase absolveu os criminosos pela morte de 19 pessoas e de toda a Bacia do Rio Doce. Mas eu acho que isso não pode desanimar o Ministério Público a prosseguir com essas ações. Eu acho que isso é fundamental.

Nós temos que avançar no aprimoramento, sim, da legislação, porque a legislação passa a ser um instrumento importante, estratégico também para o Ministério Público, para o sistema do Judiciário como um todo e para nós mesmos, no sentido de cobrança. Nós não temos o poder de execução, a não ser do poder público.

Eu retorno ao que disse o Deputado Almir. Acho que não existe nenhum conflito em relação a trazer de fato o Ministério Público Federal pelo fato da Bacia do Rio São Francisco, uma das principais bacias, e também pelo fato das comunidades quilombolas. Lá existem comunidades quilombolas. Então, acho que há essa obrigatoriedade. E pelo fato de o órgão, tanto o licenciador quanto o que dá anuência para essa atividade, ser um órgão federal. Como casar essas atividades até mesmo nesse processo de descomissionamento e descaracterização.

Deputado Helder Salomão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, embora o Deputado Rogério esteja presidindo aqui os trabalhos, essa situação não pode ser considerada como uma situação como natural. Uma empresa pegar o gado na propriedade, mesmo se o gado tivesse pulado a cerca para a área da mineradora. Ela teria que devolvê-lo. No entanto,

ela recolheu o gado, que é a fonte de renda. Ai daquele que agride o órfão e a viúva. Ela está tirando o sustento da família e a deixando numa situação mais crítica, porque, se ela fez uma dívida para alimentar o gado, agora não tem como quitar a dívida com a cooperativa, e isso vai só virando uma bola de neve. Silvano, eu entendi que o senhor também ia mandar para nós esses documentos. Eu não sei se você já os mandou. Parece que o senhor é procurador da senhora.

Não podemos ficar inertes diante de uma injustiça gritante como essa — não podemos ficar inertes!

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - Deputado Padre João, na hora eu não falei, mas seria até importante que a Maria Helena, se ela tiver tempo, acompanhada do advogado, prestasse essas informações à Adla, na sala da Comissão, para, a partir daí, nós vermos que medidas efetivas podemos adotar. Se ela tiver tempo após a audiência, é importante que ela vá à sala da Comissão — os nossos servidores podem ajudar a encaminhá-la até lá —, para nós pegarmos todas as informações detalhadas e tomarmos alguma medida efetiva por meio da Comissão.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG) - Até mesmo a Subprocuradoria pode atuar. Eu não sei o que o Ministério Público Estadual pode fazer, mas também há uma agressão a um direito do cidadão, a um direito fundamental, porque o sustento está sendo negado a essa família.

**O SR. SILVANO AVELAR** - Eu tenho já pronto um relatório de toda a situação dela. Vou passá-lo para a Comissão. Eu já tenho no meu escritório um relatório de toda a situação que ela está vivendo e documentação. Então, eu posso remeter isso para Comissão através de *e-mail* ou de qualquer outro meio.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - O senhor pode encaminhar, inclusive, os documentos digitalizados para o *e-mail* da Comissão.

**O SR. SILVANO AVELAR** - Eu os mandarei.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - Formalmente nós vamos tomar as providências cabíveis que o caso exige.

**O SR. SILVANO AVELAR** - Vou encaminhá-los.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG) - A Polícia Civil já tem um inquérito.

**O SR. SILVANO AVELAR** - Amanhã ainda eu mando tudo para vocês.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG) - Dr. Silvano, já foi feita uma ocorrência...

**O SR. SILVANO AVELAR** - Há um boletim de ocorrência.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG) - Está bem. Mande tudo isso anexo.

**O SR. SILVANO AVELAR** - Tudo bem.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG) - Nós temos que fazer um encaminhamento na Procuradoria também.

Aí fica um apelo ao Dr. Nilo Virgílio também em relação às outras questões: a questão atmosférica, a questão dos ruídos e a questão das vibrações, porque, na verdade, isso atinge as propriedades.

Além disso, é preciso verificar se há também outros proprietários atingidos numa situação como a da D. Maria, sofrendo constrangimento ou pressão. Na verdade, há suspeitas de que a Vale tem feito isso também em Barão de Cocais e de que essa tortura é uma forma de ela adquirir as propriedades para ampliar as suas áreas de maneira barata, bem abaixo do preço do mercado. Esse é outro crime. Isso é uma coisa absurda. Então, eu acho que merece atenção também do Ministério Público a investigação, de fato, dessas situações, para ver se há outros proprietários nessa mesma situação.

Reafirmo que há muito trabalho das Comissões pela frente, viu, Deputado Rogério? Acho que é fundamental envolver, de fato, a Agência Nacional de Mineração e o próprio Ministério na busca dessas outras informações. É preciso saber quando foi feita a diligência. Na verdade, a empresa é obrigada a fornecer os dados de segurança da barragem, mas há uma obrigatoriedade também de os fiscais fazerem diligências. Uma coisa não impede a outra, pelo contrário. Há uma obrigatoriedade, de tempo em tempo, dos fiscais.

Tinha uma outra questão importante, mas eu esqueci. Eu não a anotei. O Patrus é mais dedicado a anotar as coisas. Se eu me lembrar de alguma pergunta, voltarei a falar.

Fica este nosso compromisso. Quero mais uma vez agradecer aos convidados, a todos vocês, mas quero agradecer de modo especial — permitam-me isso — ao Dr. Nilo Virgílio dos Guimarães Alvim, porque eu tive a impressão na sexta-feira de que o nosso povo estava totalmente desprotegido, desamparado, como refém na mão dessa mineradora. E ainda tem outra mineradora chegando. Por isso, eu encerro, Deputado Rogério, denunciando a ausência do Prefeito, que foi

convidado aqui e foi convidado lá. Quem dá anuência também para a atividade minerária é o Poder Executivo. Se dá anuência para atividade, tem que acompanhar os desdobramentos e exigir certas condicionantes.

Agora, de fato, encerro. O Almir me antecipou, mas, quando o senhor estava ainda falando, eu tomei a liberdade de visitar... Eu vi, por exemplo, projeto que é financiado lá na Bacia do Rio Doce. O projeto onça, por exemplo, é financiado lá na Bacia do Rio Doce. Mesmo em Belo Horizonte, como o Almir disse, talvez tenhamos que priorizar essas questões gritantes sobre poluição sonora, atmosférica e de vibrações, para darmos também maior segurança... Se tivesse como a plataforma priorizar esses projetos, para que pudesse garantir maior segurança para essas famílias, seria importante ter um diferencial na escolha dos projetos a serem financiados.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Deputado Padre João. (*Palmas.*)

O Dr. Nilo vai ter que se ausentar, porque ele tem um compromisso em Paracatu. Eu vou passar a palavra ao Dr. Nilo para que ele dê as respostas, coloque suas opiniões e faça suas considerações finais. Posteriormente, nós seguiremos. Temos ainda dois oradores inscritos, Deputado Patrus. E nós partiremos para o fechamento da reunião, com as conclusões, porque nós precisamos dos encaminhamentos.

Dr. Nilo, por favor.

**O SR. NILO VIRGÍLIO DOS GUIMARÃES ALVIM** - Desculpem-me pela minha ausência neste momento final, mas é em decorrência de um compromisso que tenho em Paracatu às 20 horas.

De qualquer maneira, respondendo a alguns questionamentos aqui. A Dra. Mariana — e aí eu volto a dizer — é a Curadora do Meio Ambiente. Eu hoje estou na Coordenadoria do GAECO — Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, da Região Noroeste. Vou passar todas as questões que foram trazidas para ela. Queria dizer também que também que o Ministério Público está sempre de portas abertas.

Existem algumas questões, porque é o promotor que vai ter que fazer a avaliação. A Dra. Mariana é uma excelente promotora, comprometida. Ela vai instaurar — não sei se ela já instaurou, mas já estava na iminência de ser instaurado um PROPS, que é um procedimento para fomento de projetos sociais do Ministério Público, relacionado ao direcionamento dessas verbas.

O Sr. Almir falou sobre essas questões de projetos que já tinham sido feitos anteriormente, exatamente para serem criados critérios objetivos. E, através desses critérios, a população participa. Então, nós vamos fazer audiências públicas também para a aplicação, para ver o que a população quer, onde vão ser aplicados esses recursos, quais projetos deverão ser priorizados. Isso ocorrerá de maneira democrática, através desse projeto social, desse procedimento de projeto social que a Dra. Mariana vai instaurar, no âmbito do meio ambiente, fomentando a aplicação desses recursos, para as necessidades locais de Paracatu e da nossa região.

Gostaria de agradecer a oportunidade de ter vindo aqui. É a primeira vez que eu venho à Câmara dos Deputados. Sempre que for possível e necessário, eu posso vir aqui. O Ministério Público está à disposição para dialogar. Nós temos evidentemente que fazer a aplicação da lei. Quando a população precisa de nós, estamos sempre a postos, como guardiães da sociedade. Posso dizer e afiançar a todos que, no que for necessário para que o Ministério mitigue eventuais danos causados à população, também em caso de violação comprovada de direitos humanos, nós vamos tomar as medidas necessárias.

Boa tarde a todos. Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Mais uma vez, agradeço ao Dr. Nilo.

Eu passo a palavra agora para o Michael Douglas, do Levante Popular da Juventude, também por 5 minutos.

**O SR. MICHAEL DOUGLAS** - Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Federal Rogério Correia, eu queria cumprimentar todas da Mesa e todos os presentes. Há alguns elementos que eu quero trazer aqui. Acho, inclusive, que o pessoal do MAB consegue fazer coro a isso.

A forma que as mineradoras agem não só em Paracatu, mas em todo o Brasil é muito comum. Parece que elas seguem uma diretriz de como violar os direitos humanos, os direitos ambientais e os direitos dos povos tradicionais. Isso acontece principalmente por causa de uma ausência do Estado brasileiro e dos poderes que deveriam legislar e também fiscalizar essa ação.

A ausência do Estado faz com que as mineradoras, por causa do seu poder econômico, constituam um poder paralelo, que consegue calar Vereadores, Ministério Público, Judiciário e autoridades competentes. Isso é muito preocupante, porque faz com que, muitas vezes, os dados que o próprio Governo divulga não sejam confiáveis. A barragem de Brumadinho,

como a barragem de Paracatu, está classificada em baixo risco, e a barragem de Brumadinho se rompeu no crime da Vale que aconteceu nesse ano. Quem garante, então, que, de acordo, com esses dados, a barragem de Paracatu também não pode se romper?

Além da violação de direitos humanos, que, inclusive, na construção da barragem de Eustáquio, fez com que duas comunidades quilombolas deixassem de existir — se eu não me engano, Machadinho e Família dos Amaros —, há uma constante violação também ao direito do ser humano à saúde, com a própria exploração de ouro e de arsênio. Segundo estudos, para cada grama de ouro extraído, 7 quilos de arsênio, que se tornam bioassimiláveis, são liberados na atmosfera, seja na água, seja no ar, seja na terra. O arsênio é conhecido. A sua presença no corpo nunca é segura, por causar doenças não cancerígenas, como diabetes, e também por estar atrelado a doenças como câncer. Infelizmente, Paracatu, pelo tamanho da cidade, tem um índice extremamente elevado.

O que parece na verdade, quando se mora em Paracatu e se vê a forma que a empresa age com o povo e com as autoridades, é que aos poucos essa empresa tenta varrer Paracatu do mapa, matando o seu povo, destruindo a cidade, que tem uma área mineral muito maior do que a cidade. E isso é muito preocupante, porque toda vez que ela atenta contra o ambiente de Paracatu, aos poucos, ela também está matando toda a bacia do Rio São Francisco, que é fundamental para manter o acesso à agricultura, pela integração do Rio São Francisco, e é fundamental também para manter a biodiversidade tão grande do Brasil.

As violações que essa empresa comete, nos direitos humanos, nos direitos ambientais, faz com que seja necessário fazer audiências públicas em todas essas Comissões. É muito preocupante a forma como ela age. A forma como ela trata o convite para vir a esta Comissão e também o convite para participar de atividades em Paracatu mostra que ela não se importa com o povo, mostra que ela não se importa com as autoridades deste País e que a única preocupação dela é com a extração exacerbada de ouro em Paracatu, que infelizmente não fica no nosso Município, criando riqueza para o Canadá e para vários outros países no mundo.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Michael.

O último inscrito é o Ronaldo.

Vou pedir que você fale por 3 minutos, Ronaldo, porque nós estamos em votação. Eu vou ter que dar os encaminhamentos e encerrar a reunião rapidamente. Você vai ser o último inscrito, e eu vou partir para os encaminhamentos. Então, vamos lá, por 3 minutos.

**O SR. RONALDO** - Eu vou ser bem breve aqui. Quero cumprimentar o nosso Deputado Rogério Correia, na pessoa de quem cumprimento todos os nossos outros Deputados participantes da Comissão: Padre João, Leonardo Monteiro, Patrus Ananias, nossos companheiros. Como representante do Deputado Estadual, trago um abraço dele, Deputado Padre João.

Acho que aqui é o momento de engrossar mesmo o caldo e aprofundar mesmo as denúncias da nossa região, que já foram citadas aqui. Mas algumas ficaram esquecidas. Quero lembrar aqui — temos até os nossos advogados trabalhando por ela — a comunidade de Santa Rita, Deputado Rogério, que é vizinha à mineradora. Está aqui o S. Irineu, que tem propriedade na Santa Rita, que era uma das terras mais caras do nosso Município. Hoje não vale nada, hoje é comprada a preço de banana. O único bem precioso que tínhamos naquela comunidade era o Ribeirão Santa Rita. Hoje, de vez em quando, desce uma descarga de rejeito naquele rio.

Como justamente o Deputado Padre João disse, isso é para torturar a comunidade, para adquirir a terra a preço de banana. Eles fazem isso para ver se a comunidade desiste de suas propriedades. Está aqui o S. Irineu, o Antônio, que é da comunidade da Lagoa de Santo Antônio. Familiares meus moram naquela comunidade e não aguentam mais. É uma tortura psicológica! Existe uma escola naquela comunidade, Deputado Rogério, mas os meninos da região e dos assentamentos vizinhos não querem mais ir para a escola, com medo de a barragem arrebentar. O Antônio citou aqui o fedor de produtos químicos lá próximo à mineradora, que está perturbando e tirando o sossego daquele povo.

Então, assim, mais uma vez, quero engrossar mesmo a denúncia aqui do nosso povo. Quero agradecer a vocês da Comissão, principalmente aos nossos Deputados do Partido dos Trabalhadores, que vêm se empenhando e lutando na defesa do nosso povo. É isso aí, então.

Acreditamos em vocês, com a aproximação do Ministério Público, na pessoa do Dr. Nilo. Ele é autor, Rogério, de uma ação inédita em Paracatu: Ministério Público itinerante. Por meio dessa ação, o Ministério Público fazia reuniões para que a comunidade reivindicasse melhorias.

Eu acho que isso precisa ser feito também para debatermos o assunto das mineradoras. Nós confiamos no trabalho de vocês.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Obrigado, Ronaldo.

Temos mais dois inscritos, a quem eu pediria o tempo de 3 minutos, porque temos pressa em decorrência das votações. Deusdete, Jueli e o Deputado Patrus Ananias.

Vou passar a palavra para o Deusdete, Patrus. Em seguida...

**O SR. PATRUS ANANIAS** (PT - MG) - Quero fazer um parêntese aqui. Acabei de perder uma votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Perdemos.

**O SR. PATRUS ANANIAS** (PT - MG) - Fico constrangido, Deputado Rogério, porque eu não sei declarar ao microfone: "*Patrus votou com o seu partido*". Fiquei com falta mesmo, paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Ficamos.

**O SR. PATRUS ANANIAS** (PT - MG) - Mas a causa aqui é justa. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Ficamos com falta. O pior é que disseram que vão ser várias rápidas votações.

Estou tentando agilizar a reunião.

Serão 3 minutos para o Deusdete, 3 minutos para o Jueli, 3 minutos para o Patrus.

Vou fechar a lista dos inscritos. Não vamos inscrever mais ninguém.

O Deusdete saiu.

Então, Jueli do Ônibus. Vamos lá, Vereador.

**O SR. JUELI DO ÔNIBUS** - Quero cumprimentar, na pessoa do Deputado Rogério Correia, toda a Mesa; quero cumprimentar o Sr. Almir Paraca, nosso companheiro paracatuense.

Quero deixar aqui o meu repúdio, em nome da Câmara Municipal de Paracatu, pelo não comparecimento da Mineradora Kinross. Não é a primeira vez que ela vira as costas para a cidade num momento tão especial, relevante, como este. Fizemos várias reuniões de comissões, várias reuniões na Câmara, audiências públicas, mas a Kinross não compareceu.

É muito comovente vermos um testemunho como o dessa senhora. Isso comove qualquer ser humano. A vida está acima de qualquer bem da terra. Há descaso da Kinross com Paracatu. Realmente, nós devemos unir nossas forças para combater o que a Kinross tem feito com o nosso povo. O valor é a vida, mas nós carregamos uma dificuldade por sermos Vereadores em nossa cidade. Há um mito, uma fala que diz que os Vereadores são comprados pela Kinross. Há esses comentários, e isso dói na alma do cidadão que tem caráter, do político nato, que luta pelo povo, pela causa social do povo. Nós precisamos de uma política diferente, estamos vivendo um momento diferente na política. Parte de mim fazer diferente.

A Kinross realmente tem deixado muitos danos em nossa cidade. Eu fui morador próximo à Kinross, 100 metros. Fui desapropriado com um valor baixo, baixíssimo. Realmente, eles não têm feito trabalho social na nossa cidade. Pelo contrário, tem deixado vários danos para todos os nossos moradores.

Fica o meu repúdio à Kinross, que realmente tem um total descaso com a nossa população por não ter vindo a esta reunião. Até achei que ela estaria aqui, por ter sido convidada pelo Parlamento federal. Achei que ela poderia estar aqui, mas não está. Então, o nosso poder é um pouco limitado, mas, nessa conjuntura de soma que temos agora, com certeza daremos à nossa população algo melhor, com qualidade, por meio dessa unificação, dessa nossa união.

Muito obrigado. Não vou falar mais, porque sei que o nosso horário está delongado. Sempre lutarei em prol do nosso povo nesta causa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Muito obrigado, Vereador.

Mande nosso abraço a toda a Câmara Municipal, bem representada aqui.

Quero dizer que o Patrus e eu fomos Vereadores. Portanto, sabemos da importância das Câmaras Municipais para a democracia brasileira.

**O SR. JUELI DO ÔNIBUS** - Queria falar rapidinho. Começamos a falar e queremos falar mais. Eu fiquei muito impactado com a fala de um funcionário da Kinross quando fomos fazer uma visita à empresa. Questionamos a possibilidade de rompimento da barragem. Eles falaram que a barragem não estava em direção à cidade. Eu falei: "*Mas não tem vida*

*abaixo? Vida vegetal, animal, vida humana, que tem um valor imenso?"* Quer dizer, um descaso em relação a um assentamento de quase 500 famílias, Lagoa de Santo Antônio, Cunha, Machadinho, Engenho do Padre. Então, foi muita que equivocada a fala deles.

A Kinross hoje triplicou, claro, a expansão. Essa barragem tem aproximadamente 30 anos. A barragem que está na direção da cidade vai passar o limite dessa outra com 10 anos, porque a produção delas hoje deve ter triplicado. Então, é muito preocupante. Se é preocupante agora, vai ser muito mais no futuro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Muito bem. Obrigado, Vereador.

Passo a palavra agora para o Deputado Patrus Ananias.

**O SR. PATRUS ANANIAS** (PT - MG) - Deputado Rogério Correia, que preside esta reunião, quero saudar os integrantes da Mesa, pessoas aqui presentes, lideranças, militantes, representantes da nossa querida cidade de Paracatu.

Primeiro, quero parabenizar os integrantes da Mesa. Eu aprendi muito hoje com vocês, com os depoimentos, com os esclarecimentos, com as informações. Optei por estar aqui o tempo todo, acompanhando as exposições. Quero dizer que me tocou de forma muito particular o depoimento da Viviane, de uma mãe que fala da situação dos filhos. Tocou-me também o depoimento de outra senhora, que falou da sua situação, produtora rural, com constrangimentos com relação a sua família, aos seu bens e animais.

O depoimento da Viviane me tocou muito. Vou guardar também no coração, na memória, Viviane — eu não a conhecia antes —, as suas palavras, muito densas, muito intensas. Também fiquei observando certa tristeza no seu semblante, uma certa integração entre o que você falou e o que você está expressando. Fiquei me perguntando se esse semblante é uma característica sua, que respeitamos, ou se é decorrente deste momento que você está vivendo lá em Paracatu. Quero parabenizá-la e externar aqui a nossa solidariedade.

Deixo rapidamente, Deputado Rogério, uma dúvida. A Agência Nacional de Mineração pode ser convocada, não é? V.Exa. poderia consultar a assessoria. No caso de uma empresa, não sei se caberia uma convocação também, mas seria o caso de examinarmos a legislação. Ministro, não é? Enfim, precisamos ver o que pode ser feito para externar o nosso protesto contra a indiferença de uma agência nacional, que, aliás, reflete o Governo que nós temos hoje no Brasil.

A nossa luta hoje é difícil, gente, porque, além das questões municipais, nós temos que enfrentar o Governo Estadual e o Governo Federal, que, pelas próprias declarações que dão, não escondem nada. Estão a serviço dos interesses do grande capital, estão a serviço das mineradoras, do dinheiro, do poder econômico.

Há outra questão também a esclarecer, Deputado Rogério. É possível desmobilizar as represas a montante? Mesmo que não funcionem mais, elas continuam como área de risco permanente? Pois é, isso é muito grave. Essa questão me ocorreu.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Como ocorreu com a de Brumadinho, ela já estava desativada.

**O SR. PATRUS ANANIAS** (PT - MG) - Pois é, exatamente, é isso mesmo. Então, existe esse drama aí.

Eu concluo fazendo uma reflexão com as pessoas presentes. Claro que nós todos temos responsabilidades. O Ministério Público tem responsabilidades, e é bom que um representante do Ministério Público tenha vindo e dado seu depoimento. Os Legislativos municipais têm responsabilidades, e é importante estarem aqui Vereadores. São importantes as Assembleias Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado. São importantes os movimentos sociais, que estão aqui representados por MAB e Cáritas. Mas também é fundamental que as pessoas, que as famílias, que as comunidades que estão sendo vitimadas se mobilizem.

Há poucos dias eu vi um filme, e quero recuperá-lo aqui, Deputado Rogério. Eu e a Vera, minha companheira, assistimos um filme sobre Martin Luther King, um belíssimo filme que nos lembra a importância da resistência. Vejo isso como uma possibilidade que se abre, em sintonia com os movimentos sociais, com as igrejas efetivamente comprometidas com a vida, o bem comum e a justiça, com as escolas, com as universidades, enfim, com as pessoas de boa vontade. A partir das pessoas, das famílias e das comunidades que estão sendo diretamente mais atingidas, podemos começar um grande movimento de resistência na linha da desobediência civil, da não violência ativa. Não vou me alongar muito mais aqui, mas há pelo menos três exemplos históricos que eu penso que precisamos recuperar para essa luta.

Um exemplo é universal: Mahatma Gandhi, na Índia. O movimento começou com ele, sozinho, e Gandhi conseguiu libertar a Índia, junto com o povo indiano, que ele mobilizou. Eles libertaram a Índia sem disparar um tiro, sem dar um tapa. Outro exemplo é a belíssima luta de Martin Luther King, nos Estados Unidos, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz com 35 anos e foi assassinado com 39. Ele foi num crescendo também. Uma coisa bonita do Luther King é que ele começou defendendo a questão dos negros e foi articulando com a questão social e com a questão internacional, denunciando a Guerra do Vietnã.

Ele fez uma histórica viagem à África. Tiveram que matá-lo. Aqui no Brasil, entre outras experiências de resistência, eu quero lembrar uma que precisamos recuperar, que foi a belíssima experiência de Chico Mendes, no Acre.

Temos que começar a pensar nesse tipo de resistência para confrontar essas empresas, que não vão abrir mão do seu dinheiro pacificamente, de graça. Infelizmente, elas têm Governo para apoiá-las. Então, resta a nós agir, sobretudo nós cristãos. A esta altura da vida, não vou fazer experiência, primeiro, por questões éticas e morais, depois por incapacidade mesmo de realizar qualquer coisa ligada à violência. Mas eu penso que, na linha da não violência, da desobediência civil, da resistência pacífica, democrática e mobilizadora, é por aí que nós vamos derrotar essas forças. Essas empresas não vão ceder de graça, por causa dos seus interesses. Infelizmente, elas têm hoje apoio de grandes setores do Estado brasileiro que estão a serviço delas.

Mais uma vez, meus parabéns! Foi uma belíssima tarde para mim. Aprendi muito com vocês. Inclusive, fiquei escandalizado com um dado: 100 quilos de ouro por dia. É uma coisa realmente assustadora. Muito obrigado e um abraço fraterno, gente! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Muito bem, Patrus. Você já fica dispensado para ir tentar participar de mais uma votação. Já está em votação nominal.

Nós estamos em votação da Medida Provisória 881, mais uma do Bolsonaro que tira direito dos trabalhadores. Nós estamos votando destaques. É aquela que permite aos patrões colocar os trabalhadores para trabalhar no domingo. Os patrões podem dar outro dia de folga, mas os trabalhadores são obrigados a trabalhar domingo. Então, é a volta do trabalho escravo, inclusive domingo, dentre outras aberrações da Medida Provisória 881. Nós estamos em processo de obstrução, e agora estão sendo votados os destaques. Então, temos que correr e votar o destaque. Depois será votado um projeto de lei, que esperamos que seja aprovado, que determina punições para abuso de autoridade, para não permitirmos que os Moro e os Dallagnol continuem existindo para fazerem o que quiserem no Brasil, como se não houvesse limites para quem não obedece a lei e tem que obedecer. Então, são votações importantes. Desculpem a nossa pressa ao acelerar a reunião e entendam a importância desse assunto. Por isso, nós o colocamos hoje.

Vou tentar fazer os encaminhamentos. Se houver mais encaminhamentos que eu não presenciei nas sugestões, peço que vocês me complementem, e depois encerramos. O importante é termos o encaminhamento.

O primeiro é a aprovação de um requerimento para solicitar que toda a documentação da empresa seja remetida imediatamente para a Câmara dos Deputados. Então, vamos fazer essa solicitação, já estou com a lista que o Silvano encaminhou. Vamos também remeter as notas taquigráficas para a empresa e para a Agência Nacional de Mineração. As notas taquigráficas mostram tudo que ocorreu aqui na reunião, para que eles possam saber o que aqui foi criticado e sugerido. Esses são os dois primeiros requerimentos.

O segundo encaminhamento é para remeter o estudo do Prof. Stevens à Agência Nacional de Mineração. Eu vou complementar e pedir que, além de remeter o estudo, seja marcada a nossa ida até a Agência Nacional de Mineração para ver como está esse comissionamento, o que eles fizeram. Acho que é importante a nossa ida até a Agência Nacional de Mineração. Na verdade, eu tenho que dizer que é a primeira vez que eles não vêm aqui. Nas outras vezes que convidamos, em especial à CPI e à Comissão Externa, eles vieram todas as vezes. Então, a Agência Nacional de Mineração avisou que não poderia vir hoje, porque a data foi desmarcada. Então, não vou fazer um julgamento prévio em razão de não terem vindo. Podemos ir até lá levar a documentação, levar esse estudo do Prof. Stevens. Se ele estiver no Brasil, queremos que ele vá conosco, para fazer um relato e para que fique claro que passamos a quem de direito e de dever tem que examinar essas questões e barrar o procedimento da barragem. Teriam caráter de urgência a remessa desse estudo, desse laudo e a nossa ida à Agência Nacional de Mineração para conversar com o Presidente.

Outro encaminhamento é uma audiência com o Embaixador do Canadá, para repassarmos ao Canadá essas reclamações sobre uma empresa canadense que está atuando no Brasil.

Também temos que fazer uma solicitação ao Senado para analisar com urgência os projetos de lei aprovados pela Câmara dos Deputados que dizem respeito à mineração, em especial à Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens — PNAB. Remeteremos essa solicitação ao Senado e faremos uma visita desta Comissão ao Presidente daquela Casa.

Existe ainda o caso da companheira que fez um relato, e o Silvano ficou de nos enviar a documentação para que possamos agir em relação a isso.

Esses foram os encaminhamentos que eu anotei.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Ao Ministério Público Federal, então, vamos enviar solicitação para ter atenção na questão que envolver Paracatu, especialmente na área de quilombolas.

A nossa assessoria está anotando tudo, e amanhã publicaremos os encaminhamentos consolidados no *site*, para que vocês vejam quais são eles.

Há mais algum encaminhamento que eu tenha esquecido?

**(Não identificado)** - Deputado!

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Pois não.

**(Não identificado)** - Peço que me dê licença um pouquinho. Boa tarde.

A Kinross hoje não esteve aqui, porque não foi interesse dela estar aqui hoje, porque não foi o lado financeiro dela, foi acusação. Por isso, não estava aqui hoje.

Resumindo, Paracatu é uma cidade que quase não tem lei. Nós não temos Prefeito, não temos Câmara nem Ministério Público que nos apoie naquela cidade. Em Paracatu, o índice de câncer está imenso. Está um senhor aqui com câncer no olho. Eu estou fora de Paracatu há 44 anos e estou assustadíssima com o índice de câncer imenso naquela cidade.

Eu lhes sugiro pedir também uma compensação financeira para essas pessoas que estão depressivas e com outras doenças em Paracatu. As pessoas lá não têm condições de sair e pagar. Sabemos que a causa é a Kinross. Queremos sair de Brasília hoje lhes pedindo socorro.

Eles entraram na propriedade desta senhora que está aqui — não é deles — e roubaram o gado dela. Foi roubo! O Ministério Público sabe disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Então, outro encaminhamento é sobre a compensação que a Kinross teria que fazer em relação aos maus tratos, que acabam afetando a vida humana lá.

**(Não identificado)** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Correia. PT - MG) - Pessoal, desculpem eu ter que apressar, porque precisamos participar da votação no plenário.

Esses encaminhamentos serão consolidados e tornados públicos. Vocês próprios podem ir fiscalizando se estamos cumprindo aquilo que foi aqui tirado. Está bem?

Agradeço a presença de todos da Mesa, da Câmara Municipal e dos Vereadores presentes, do ex-Deputado Estadual Almir Paraca, aqui presente também, representado o Gabinete do Deputado Estadual André Quintão.

Agradeço as contribuições dos Deputados Patrus Ananias, Padre João e Leonardo Monteiro, que foram nossos companheiros na convocação desta reunião.

Não havendo mais nada a ser tratado, esta Presidência dá por encerrada a reunião, mais uma vez agradecendo a todos e convocando a próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)